

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 102

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE AGOSTO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
06 DE AGOSTO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Ademir Bier e Marcos Isfer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 025/2001

Curitiba, 29 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legisla-

tiva, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a condição de destinação sobre o imóvel de que trata a Lei nº 9.088, de 03 de outubro de 1989, com área de 05 alqueires paulistas, objeto da matrícula nº 6005, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva, oriunda do registro nº 13.132, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ipiranga e autorizar o município de Ivaí a fazer doação do referido imóvel à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, para construção de unidades habitacionais através da implantação do Programa Vila Rural.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que visa regularizar a situação do imóvel já doado ao município de Ivaí, conforme Lei nº 9.088, de 03 de outubro de 1989, ensejando condições para implantação, pela Cohapar, de unidades habitacionais pelo Programa de Vilas Rurais, tudo conforme consta de expediente a mim dirigido por aquela municipalidade, protocolado sob nº 3.666.366-9.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica revogada a condição de destinação sobre o imóvel de que trata a Lei nº 9.088, de 03 de outubro de 1989, com área de 05 alqueires paulistas, objeto da matrícula nº 6.005, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva, oriunda do registro nº 13.132, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ipiranga e autoriza a doação, pelo município de Ivaí, do referido imóvel à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, para construção de unidades habitacionais através da implantação do Programa Vila Rural.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 026/2001

Curitiba, 19 de julho de 2001.

Senhor Presidente:

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por esse egrégio Poder Legislativo, o incluso anteprojeto de lei dispondo que poderão ser admitidos como "trajes oficiais" nas solenidades públicas do Estado todos os trajes característicos da identidade de todas as gentes que compõem a diversidade cultural da população paranaense.

Essa augusta Casa aprovou, recentemente, Projeto de Lei, não possível de ser sancionado (razão exposta através do Ofício nº 270/2001), considerando a "pilcha

gaúcha” como traje oficial alternativo no Estado do Paraná. Recomenda a completa compreensão de nossa história, nestes 148 anos de existência do Paraná, que não apenas a “pilcha” mas os demais trajes típicos dos formadores da população paranaense sejam admitidos.

Mestre Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, no seu magistral dicionário, esclarece que “pilcha” pode tanto significar dinheiro, quanto adorno, adereço, jóia, e até arreios de animais. Portanto, não é adequado qualificar como “pilcha” o traje gauchesco. Melhor chamá-lo de traje típico de gaúcho ou tropeiro.

Manifestamos profundo apreço pela contribuição dos brasileiros do Rio Grande Sul e de Santa Catarina no povoamento do território paranaense, compreendemos a admirável expressão cultural de nacionalismo representada pelos 600 CTGs existentes no Paraná.

Compreendemos, ainda, o uso de trajes semelhantes aos do Rio Grande do Sul nos campos paranaenses de clima frio, e cultura estanceira, como é o caso das muito prezadas regiões de Purunã, Castro, Lapa, Palmas e Guaruapuava, onde o tradicionalismo é arraigado porque também ajudou a formar-nos a nacionalidade brasileira na luta contra os castelhanos, na expansão da fronteira limitada pela linha de Tordesilhas.

Compreendemos ainda a alegria das famílias hoje paranaenses, oriundas do sul, pelo pujante progresso do sudoeste do Estado, e sua ligação com as raízes da cultura gaúcha.

Devemos, também, considerar a indumentária dos fandangos litorâneos, herança lusitana e cabocla, a indumentária dos imigrantes europeus, a indumentária dos imigrantes orientais, o apreço dos curitibanos por estrangeiros alusivos a pinheiros e pinhões - sobretudo aquelas derivadas dos desenhos de Lange de Morretes e João Turim, bem como os trajes característicos dos que semearam os cafezais, nas terras quentes do Paraná acima do Trópico de Capricórnio, colhendo, em menos de 50 anos, mais de duzentas cidades.

Portanto, em nome da singular riqueza cultural da nossa terra, representada pelo variado mosaico que compõe a população do Paraná, estendemos a homenagem pretendida pelos legisladores a todas as outras heranças e tradições.

Certos de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reiteramos a Vossa Excelência os nossos protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Poderão ser admitidos como “trajes oficiais” nas solenidades públicas do Estado todos os trajes característicos da identidade de todas as gentes que compõem a diversidade cultural da população paranaense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Assembléia Legislativa.**

MENSAGEM Nº 027/2001

Curitiba, 19 de julho de 2001.

Senhor Presidente:

De conformidade com o disposto no artigo 66, da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar o parágrafo único, do artigo 26, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, para incluir, entre as hipóteses de indenização a militares, os serviços extraordinários, no valor e condição que especifica.

A medida ora proposta justifica-se em face da crescente necessidade de emprego da tropa da Polícia Militar nos diversos serviços de policiamento, aliada à larga defasagem dos efetivos, verificada nos últimos 10 (dez) anos, o que tem ensejado uma sobrecarga constante de trabalho aos militares estaduais. decorrente disso, a Corporação vem suprimindo essa demanda, submetendo seus efetivos a escalas de trabalho que vão bem além das escalas normais, privando os militares do repouso necessário.

Neste intuito propõe-se a criação de uma vantagem de caráter indenizatório, denominada de “indenização por serviços extraordinários” a qual não soluciona o problema, mas representa preocupação do governo, no sentido de compensar os militares pelo esforço despendido em prol da sociedade paranaense.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único, do artigo 26, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, que trata das hipóteses de indenização ao policial militar, para incluir os serviços extraordinários, no valor máximo mensal de R\$100,00 (cem reais), para cada militar, sendo corrigida sempre que houver reajuste para o funcionalismo estadual.

§ 1º - Os critérios que ensejarão o pagamento da vantagem a que se refere este artigo serão definidos por decreto estadual atendendo a proposição dos Secretários da Segurança Pública e da Administração e da Previdência.

§ 2º - A indenização por serviços extraordinários não será computada para fins de contribuição previdenciária.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

**Ofícios:**

Sob os nºs CTL/SEEG/196, 197 201 a 246/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

188/2001: De autoria do deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Jandaia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.170. **Anote-se - Arquivo-se.**

189/2001: De autoria do deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Jandaia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.171. **Anote-se - Arquivo-se.**

016/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de General Carneiro, com sede no município de General Carneiro e foro no município de União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.172. **Anote-se - Arquivo-se.**

032/2001: De autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a AMAI - Associação Maanaim de Apoio à Infância, com sede e foro no município de Londrina-PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.173. **Anote-se - Arquivo-se.**

040/2001: De autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Luziana, com sede no município de Luziana e foro no município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.174. **Anote-se - Arquivo-se.**

046/2000: De autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Novo Itacolomi, com sede e foro no município de Novo Itacolomi, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.175. **Anote-se - Arquivo-se.**

054/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública ao Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiros e Planta Santa Helena, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.176. **Anote-se - Arquivo-se.**

057/2001: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Paraná - APAE, com sede no município de São Pedro do Paraná e foro no município de Loanda, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.177. **Anote-se - Arquivo-se.**

059/2001: De autoria do deputado Kielese Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Imbaú, com sede no município de Imbaú e foro no município de Telêmaco Borba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.178. **Anote-se - Arquivo-se.**

067/2001: De autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Lions Clube de Londrina Independência, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.179. **Anote-se - Arquivo-se.**

071/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Araucária, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.180. **Anote-se - Arquivo-se.**

075/2001: De autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação do Centro de Educação Sindical - CESI, com sede e foro no município de Francisco Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.181. **Anote-se - Arquivo-se.**

077/2001: De autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio à Recuperação Infantil Doutor Hugo Dehé, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.182. **Anote-se - Arquivo-se.**

078/2001: De autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente dos Bairros da Amizade de Londrina, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.183. **Anote-se - Arquivo-se.**

095/2001: De autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Rei Davi, com sede e foro no município de Cambé, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.184. **Anote-se - Arquivo-se.**

106/2001: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Faça uma Criança Feliz, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.185. **Anote-se - Arquivo-se.**

124/2001: De autoria do deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Idosos Viva Vida de Santo Antonio do Sudoeste, com sede e foro no município de Santo Antonio do Sudoeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.186. **Anote-se - Arquivo-se.**

130/2000: De autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro de São Judas Tadeu, com sede e foro no município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.187. **Anote-se - Arquivo-se.**

166/2000: De autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Provopar Municipal da Lapa, com sede e foro no município da Lapa, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.188. **Anote-se - Arquivo-se.**

190/2000: De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que autoriza o Poder Executivo a incluir no currículo do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná a leitura da Bíblia Sagrada, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.189. **Anote-se - Arquivo-se.**

213/2000: De autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito - Roubo de Cargas, que autoriza o Poder Executivo, através das Secretarias de Estado da Segurança Pública e da Fazenda, determinar a interligação da Fiscalização Tributária com a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, com o objetivo de proporcionar melhores condições no combate ao roubo, furto e desvio de cargas

no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.190. **Anote-se - Arquivo-se.**

319/2000: De autoria do deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a priorizar a implantação de poços artesanais completos, prontos para uso nas Vilas Rurais já implantadas em todos os municípios do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.191. **Anote-se - Arquivo-se.**

323/2000: De autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.192. **Anote-se - Arquivo-se.**

387/2000: De autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Santuário de Nossa Senhora da Aparecida no município de Itaipulândia, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.193. **Anote-se - Arquivo-se.**

416/2000: De autoria dos deputados Neivo Beraldin e Basílio Zanusso, que altera as leis de criação dos municípios de Altônia, Guaíra, Icaraíma, Marilena, Porto Rico, Querência, São Jorge do Patrocínio, São Pedro do Paraná e Vila Alta, com o objetivo de redefinir seus memoriais descritivos, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.194. **Anote-se - Arquivo-se.**

438/2000: De autoria do deputado Beto Richa, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 12.965/2000, que trata da declaração de Utilidade Pública da Associação Nova Esperança de Curitiba, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.195. **Anote-se - Arquivo-se.**

579/99: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cafeara, com sede no município de Cafeara e foro no município de Centenário do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.196. **Anote-se - Arquivo-se.**

616/99: De autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa de Leitura de Revistas e Jornais - Prolerj, nas escolas estaduais de ensino médio e fundamental, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.197. **Anote-se - Arquivo-se.**

628/99: De autoria do deputado Tiago Amorim Novaes, que autoriza a inclusão nas disciplinas de química e biologia, de aulas sobre efeitos de substâncias que causam dependência física ou psíquica no ser humano, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.198. **Anote-se - Arquivo-se.**

653/99: De autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Poder Executivo a construir o Hospital Regional do Sudoeste, no município de Francisco Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.199. **Anote-se - Arquivo-se.**

019/2000: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bituruna, com sede e foro

no município de Bituruna, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.200. **Anote-se - Arquivo-se.**

026/2001: De autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Portadores de Hepatite C do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.201. **Anote-se - Arquivo-se.**

050/2000: De autoria do deputado Hidekazu Takayma, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Rádio Comunitária Farol Pentecostal - Aercofap, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.202. **Anote-se - Arquivo-se.**

069/2000: De autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Fundação Melvin Jones - Distrito LD-6 de Lions Clubes - Paraná, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.203. **Anote-se - Arquivo-se.**

083/2001: De autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Operária e Beneficente Internacional São Braz, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.204. **Anote-se - Arquivo-se.**

114/2001: De autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação do Clube da Terceira Idade Vovô Feliz de Medianeira - ACTIMED, com sede e foro no município de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.205. **Anote-se - Arquivo-se.**

138/2001: De autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Creche Comunitária Casa da Criança São José, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.206. **Anote-se - Arquivo-se.**

148/2001: De autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a ABEFI - Associação Beneficente Evangélica de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.207. **Anote-se - Arquivo-se.**

151/2000: De autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública a Casa da Criança de Cornélio Procópio, com sede e foro no município de Cornélio Procópio, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.208. **Anote-se - Arquivo-se.**

151/2001: De autoria do deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública a Assistência Social Evangélica Betel - ASEB, com sede e foro no município de Matelândia, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.209. **Anote-se - Arquivo-se.**

189/2000: De autoria do deputado Algaci Tulio que, declara de Utilidade Pública a Associação da Paz, com sede e foro no município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.210. **Anote-se - Arquivo-se.**

377/2000: De autoria do deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Rádio Comunitária Filadélfia - AERCOF, com sede e foro no município de Terra Rica, o qual con-

vertido em Lei tomou o nº 13.211. **Anote-se - Arquivo-se.**

219/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre carnes e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.212. **Anote-se - Arquivo-se.**

261/2001: De autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe que o Poder Executivo recuperará débitos fiscais inscritos em Dívida Ativa até a data de sanção desta Lei, com precatórios de natureza alimentícia, contra Fazenda Pública Estadual, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.214. **Anote-se - Arquivo-se.**

256/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.213. **Anote-se - Arquivo-se.**

351/2000: De autoria do deputado Chico Noroeste que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Engenharia Civil no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.215. **Anote-se - Arquivo-se.**

269/2001: De autoria do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$1.500.000,00, ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.216. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/198/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 344/99, de autoria do deputado Péricles de Mello, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/242/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 001/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/199/2001, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder o Projeto de Lei Complementar nº 497/99, de autoria do deputado Ademir Traiano. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob os nºs CTL/SEEG/249 a 256, 259 e 263 a 268/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

053/2001: De autoria do deputado Edson Strapason que, declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Social, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.217. **Anote-se - Arquivo-se.**

096/2001: De autoria do deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Jesus Saúde Total - CREJESTO, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.218. **Anote-se - Arquivo-se.**

119/2001: De autoria do deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná - Fundeppec-PR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.219. **Anote-se - Arquivo-se.**

139/2001: De autoria da deputada Luciana Rafagnin que, declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.220. **Anote-se - Arquivo-se.**

150/2001: De autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Evangélica Luterana São Lucas do Pinheirinho, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.221. **Anote-se - Arquivo-se.**

267/2000: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guairacá, com sede e foro no município de Guairacá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.222. **Anote-se - Arquivo-se.**

390/99: De autoria do deputado Divanir Braz Palma, que concede o Título de Cidadã Honorária do Estado à Irmã Firmina Maria, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.223. **Anote-se - Arquivo-se.**

140/2001: Do Poder Executivo que, revoga a Lei nº 12.941, de 05 de setembro de 2000, alterada pela de nº 12.954, de 28 de setembro do mesmo ano, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.224. **Anote-se - Arquivo-se.**

268/2001: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a assumir e reconhecer os débitos da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no valor e condições que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.226. **Anote-se - Arquivo-se.**

070/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que cria, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação, o Núcleo Regional de Educação de Ibaiti, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.229. **Anote-se - Arquivo-se.**

635/99: De autoria da deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.230. **Anote-se - Arquivo-se.**

258/2000: De autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a instituir, nos municípios de grande porte, o Programa Centro de Convivência do Idoso, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.231. **Anote-se - Arquivo-se.**

369/2000: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do DETRAN/PR uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no município de Marilândia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.232. **Anote-se - Arquivo-se.**

378/2000: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do DETRAN/PR uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no município de São Miguel do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.233. **Anote-se - Arquivo-se.**

160/2001: Do Poder Executivo, que autoriza anuência em permuta do imóvel em Arapongas, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.234. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/262/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 338/2000, de autoria do deputado Edson Strapasson, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/269/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 171/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, por julgá-lo contrário ao interesse público porque a celebração de convênio nele referido, independente de autorização legislativa específica. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/270/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 115/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/271/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 146/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo fato de que o imóvel cuja doação é objetivada, não mais integra o patrimônio do Estado. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/257/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 311/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/260/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 247/2001, de autoria do Poder executivo, por julgar a parte vetada contrária ao

interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/261/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 194/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/2000/2001, do senhor governador do Estado, comunicando que no período de 30 de junho a 14 de julho do corrente ano, afastou-se do País, com destino à Inglaterra, para receber o Prêmio "World Technology Award for Transportation", conferido pela The World Technology Network em conferência realizada em Londres, em sociedade com a Nasdaq, revista Business Week e a televisão CNBC; com destino à Itália, para proferir palestra no Seminário de Ravello, evento realizado em colaboração com a Cátedra de Sociologia do Trabalho da Universidade "La Sapienza" de Roma e Prefeitura de Ravello; e com destino aos Estados Unidos, para em Washington, participar da exposição de Vilas Rurais na sede do Banco Mundial; e, em Nova Iorque, participar de encontro no Conselho Internacional de Comunidades Solidárias da Organização das Nações Unidas - ONU. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1019/2001, do senhor Djalmir da Costa Bessa - Ordenador de despesas da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando convênio com a Prefeitura Municipal de Cambira, no valor de R\$30.000,00, com o objetivo de apoiar a realização da 1ª Exposição Agropecuária e Industrial de Cambira. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 288/2001, do senhor Aparecido Ferrari Rolin, superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de recursos financeiros no valor de R\$63.487,93 (sessenta e três mil quatrocentos e oitenta e sete reais e noventa e três centavos) destinados a este Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 5208/2001, do senhora Carmen Lucia Miranda Silveira - Coordenadora Geral de Convênios, comunicando prorrogação de convênio da Fundação Nacional de Saúde e o Instituto de Saúde do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 5658/2001, do senhora Elizabeth Regina do S. Fragoso - Coordenadora de Celebração e Cadastro, comunicando convênio celebrado, entre a Fundação Nacional de Saúde e o Instituto de Saúde do Paraná, no valor de R\$129.054,66. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 5605/2001, do senhora Carmen Lucia Miranda Silvera - Coordenadora Geral de Convênios,

comunicando convênio realizado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Instituto de Saúde do Paraná, no valor de R\$130.841,26. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 068/2001, do senhor José Menezes Neto, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Paraná, no valor de R\$731.340,00, sendo R\$725.280,00 para o pagamento da Bolsa Criança Cidadã e, R\$6.060,00, destinados a manutenção da Jornada Ampliada/Erradicação do Trabalho Infantil. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 645/2001, do senhor Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo deputado Divanir Braz Palma, que pede esclarecimento sobre “Tarifas praticadas pela concessionária Ferropar no trecho ferroviário Paranaguá/Maringá”. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 757/2001, do senhor José Cid Campêlo Filho, Secretário de Estado do Governo, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo deputado Luiz Carlos Zuk, que pede esclarecimentos sobre “Universidade Estadual de Ponta Grossa”. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 765/2001, do senhor Ingo Henrique Hubert, diretor-presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo deputado Tony Garcia, que pede esclarecimentos sobre “Viagem ao Exterior”. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 540/2001, do senhor Alcení Guerra - chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo deputado Algaci Tulio, que pede esclarecimentos sobre “Energia no Estado”. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 574/2001, do senhor Alcení Guerra - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de Informações requerido pelo deputado Caíto Quintana, que pede esclarecimentos sobre “Existência da Aplicação de Recursos da Copel na Empresa Maranhense? Usimar/Componentes Automotivos”. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 1095/2001, do senhor José Tavares, secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo deputado Neivo Beraldin, que pede esclarecimentos sobre “Polícia Civil e Militar”. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº CTL/SEEG/277/2001, do senhor governador do Estado, comunicado seu afastamento do País, no período de 02 a 05 de agosto do corrente ano, com destino à Argentina, a fim de atender convite para participar das solenidades de inauguração do Instituto de Planejamento de Córdoba, assim como para receber homenagem e proferir palestra durante o evento. **Ao conhecimento da Casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2288

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 287/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 024/2001, que dispõe sobre a criação de 328 cargos na SESP com lotação no Departamento de Polícia Civil (cargos em comissão com denominação de assistente de segurança, símbolo 9-C).

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

### REQUERIMENTO Nº 2311

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Gobbo, pelo falecimento do senhor Laertes Dante Gobbo, ocorrido no dia 21 de julho do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Argentina, 286 - Água Verde- Colombo - Paraná- CEP 83405-420.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

### REQUERIMENTO Nº 2312

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Antt, pelo falecimento do senhor Anestor Antt, ocorrido no dia 20 de julho do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Joana Gaida, 180 -Jardim Guarujá - Colombo - Paraná- CEP 83407-2800.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

### REQUERIMENTO Nº 2346

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o



douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento da senhora Clarinda Dalla Vecchia, ocorrido no dia 14 de junho.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à sua filha Lenir Barreira, Rua Sete de Setembro, 534 apto. 03, CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon-Paraná.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2349

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de pesar aos amigos e familiares do senhor Ademaro Santos, ex-prefeito, ex-vereador e ex-proprietário do jornal "O Antoninense", pelo falecimento ocorrido na última sexta-feira, dia 03 de agosto.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 2275

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Fênix, pelas comemorações alusivas aos 41 anos de emancipação político-administrativa do município, em 25 de julho do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Fênix, (Rua Jangada, 25 - CEP 86950-000- Fênix - PR. e a Câmara Municipal de Vereadores (Rua Jangada 25 - 86950-000- Fênix PR).

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2276

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Moreira Sales, pelas comemorações alusivas aos 41 anos de emancipação político-administrativa do município, em 25 de julho do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência a Prefeitura Municipal de Moreira Sales - PR (Rua Otto Macedo, 629 CEP 87170-000- Moreira Sales - PR - e a Câmara Municipal de Vereadores (Av. João T. M. Salles Neto, 700 - 87170-000 Moreira Sales - PR).

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2277

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de con-

gratulações à comunidade do município de Barbosa Ferraz, pelas comemorações alusivas aos 41 anos de emancipação político-administrativa do município, em 25 de julho do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz - PR. (Av. Kennedy, 363 - CEP 86960-000 e a Câmara Municipal de Vereadores (Rua Marechal Floriano Peixoto, 790 -Caixa Postal 21 - 86960-000 Barbosa Ferraz-PR).

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2278

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Iretama, pelas comemorações alusivas aos 41 anos de emancipação político-administrativa do município, em 25 de julho do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Iretama - PR. (Av. Paraná, 510 - CEP 87280-000 Iretama e a Câmara Municipal de Vereadores (Av. Paraná 480 - 87280-000 - Iretama - PR).

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2282

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação à Associação Paranaense de Suinocultores pela posse da nova diretoria para a Gestão 2001/2002. que ocorreu no último dia 28 de julho em Marechal Rondon.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente Romeu Royer, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Conselheiro Laurindo - 809 conjunto 910 - CEP 80060-100 - Cento Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 06.08.2001

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2283

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados, nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação à Ordem dos Advogados do Brasil- Seção Paraná, pela passagem do dia do advogado a ser comemorado no dia 11 de agosto do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente doutor José Hipólito Xavier da Silva, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Cândido

Lopes, 146 -0 11º andar - CEP - 80020-060 - Centro - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 06.08.2001

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2285

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados, nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao Conselho Regional de Economia - 6ª Região, pela passagem do dia do economista a ser comemorado no dia 13 de agosto do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente José Moraes Neto, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Nicolau Maeder, 89 Alto da Glória - CEP 80030-330 Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 06.08.2001

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2286

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados, nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao professor doutor Carlos Roberto Antunes dos Santos, Reitor da UFPR, pelo artigo publicado na revista Isto É, edição de 11.07.2001, onde a Universidade Federal do Paraná, figura em destaque entre as melhores do Brasil.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu reitor, professor doutor Carlos Roberto Antunes dos Santos, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, 1299 CEP 80060-000 Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 06.08.2001

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2287

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor e congratulações ao senhor José Tibagy de Mello, prefeito do município de Tibagi, pela sua eleição para o exercício da presidência do Consórcio Intermunicipal da Saúde, que congrega os 23 municípios da Associação dos Municípios dos Campos Gerais, enfatizando que a sua eficiente gestão certamente viabilizará melhores condições da saúde para a população regional com economia de custos para as respectivas prefeituras.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 2273

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, providências da Comissão Executiva do Poder Legislativo no sentido de cumprir o disposto no art. 55 da Constituição Estadual, tendo em vista o não atendimento, por parte do Governo do Estado, do requerimento de pedido de informações de sua autoria, em anexo, aprovado em 19 de junho de 2001.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 2284

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o apoio ao senhor Governador à Secretaria da Educação, no sentido de suspender, pelo prazo de cinco (5) dias úteis, os efeitos da Resolução nº 1596/2001, que aprova a Instrução Normativa nº 01, de 13.07.2001, do Departamento de Educação Especial, com o objetivo de encontrar solução satisfatória para as partes, no que respeita aos pontos conflitantes verificados.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 2274

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem à ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais pares desta egrégia Casa de Leis para REQUERER, após ouvido o Plenário, seja parabenizado o senhor João Joaquim Barbosa - Assistente de Segurança do município de Boa Esperança-PR, e demais colaboradores pelo bom trabalho desenvolvido na área de segurança pública, despertando na população o sentido de segurança tão raro nos dias de hoje. Há 13 anos não é registrado nenhum homicídio na área urbana do município, que possui uma população aproximada de 6.000 habitantes.

Requer ainda, que de decisão deste, seja dada ciência ao senhor João Joaquim Barbosa, (Rua Minas Gerais, 532 - CEP: 87390-000 - Boa Esperança-PR), ao prefeito municipal, senhor Cláudio Gotardo (Avenida Brasil, 317 - CEP: 87390-000 - Boa Esperança-PR.), à Câmara Municipal, na pessoa de seu presidente, Aparecido Xavier de Macedo (Avenida Brasil, 390 - CEP: 87390-000 - Boa Esperança-PR), à doutora Elisane Minasse - Juíza de Direito da Comarca de Mamborê - PR., e à doutra Silvia Tessari Freire - Promotora de Justiça da Comarca de Mamborê - PR. (Avenida Manoel Francisco da Silva, s/nº - CEP: 87340-000 - Mamborê-PR).

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) NELSON TURECK

**REQUERIMENTO Nº 2350**

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições, e em conformidade com o artigo 107, incisos I e II, do Regimento Interno respeitosamente, REQUEREM, a transformação do Plenário em Comissão Geral, no dia 07 de agosto de 2001, para apreciação de projetos de decreto Legislativo, de autoria dos deputados Nereu Moura, Orlando Pessuti e outros, que trata da revogação da Resolução 1596 de 13 de julho de 2001, da Secretaria de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(aa) SERAFINA CARRILHO, ORLANDO PESSUTI, RICARDO CHAB, MOYSÉS LEÔNIDAS, LUIZ CARLOS ZUK, TONY GARCIA, ÂNGELO VANHONI, NEREU MOURA, CAÍTO QUINTANA, JOSÉ MARIA FERREIRA, EDSON STRAPASSON, ADEMIR BIER, CHICO NOROESTE, ALGACI TULIO, ELI GHELLERE, RENATO GAÚCHO, BERALDIN, CESAR SILVESTRI, ELIO RUSCH, WALDYR PUGLIESI, DIVANIR BRAZ PALMA, HERMES FONSECA E MILTINHO PUPIO.

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 299/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar a 4ª Companhia da Polícia Militar no município de Palmas.

Parágrafo Único - A 4ª Companhia da Polícia Militar de Palmas terá como abrangência, além do seu território, os municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Mangueirinha.

Art. 2º - Caberá à Secretaria de Estado da Segurança Pública ceder as instalações e os equipamentos necessários bem como os funcionários que comporão o destacamento militar.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Os dados do censo demográfico de 2.000, revelam que o município de Palmas está entre os municípios que mais cresceram no Paraná, atingindo uma taxa superior a 5%, ultrapassando a marca de 35.000 habitantes. Por ser pólo industrial e educacional, Palmas recebe semanalmente 5.000 pessoas provenientes de outras municipalidades.

A criação da 4ª Companhia da Polícia Militar contribuirá também com a melhora na área da segurança pública dos municípios de Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha, beneficiando aproximadamente cem mil habitantes daquela região, minimizando o excesso de trabalho realizado atualmente pelo Batalhão da Polícia Militar de Pato Branco.

**PROJETO DE LEI Nº 300/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no município de Marilena e foro no município de Nova Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

A proposição em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marilena, que tem realizado excelente trabalho para promover o ajustamento e o bem-estar dos excepcionais de Marilena e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

**PROJETO DE LEI Nº 301/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Científica Integrada de Londrina - ADECCIL, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

**JUSTIFICATIVA:**

A ADECCIL - Associação de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Científica Integrada de Londrina - possui personalidade jurídica há mais de um ano e está no efetivo exercício de atividades, servindo desinteressadamente a coletividade.

A referida entidade mantém projetos educacionais totalmente gratuitos. O curso de informática funciona há mais de dois anos, onde já estudaram mais de 1.500 alunos, formando-se 800 alunos com diplomação.

O curso de inglês da instituição é gratuito e conta com 252 alunos.

É também mantenedora de escola de futebol, onde 160 crianças carentes, que estejam estudando, podem praticar esporte e receber atenção de professores, gratuitamente.

A ADECCIL também mantém o Centro de Educação Infantil “Mãe Rainha”, onde 130 crianças recebem atenção. A instituição realiza esse trabalho supervisionado pela Prefeitura de Londrina, com a qual tem contrato de gestão, cujo acompanhamento e orientação pedagógica são constantes por parte da Prefeitura.

O trabalho dessa instituição filantrópica é essencial para a comunidade carente atingida, razão pela qual merece a concessão do título proposto.

#### PROJETO DE LEI Nº 302/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal Ângelo Falavinha Dalprá, com sede e foro no município de Colombo - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Ângelo Falavinha Dalprá, fundada em 15.08.96, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com atuação junto à referida unidade escolar, sediada à Rua Hélio Dalprá, 353 - Vila Augusta, município e comarca de Colombo - PR.

Tem seu estatuto registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Colombo - Paraná, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 01.908.031/0001-08.

A Associação de Pais e mestres da Escola Municipal Ângelo Falavinha Dalprá - Educação Infantil e Fundamental, tem por finalidade:

- Colaborar na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos e professores promovendo a integração: poder público - comunidade - escola - família;

- Conjunção de esforços, a articulação de objetivos e a harmonia de procedimentos, que o caracteriza principalmente por: a) interagir junto à escola como instrumento de transformação de ação, promovendo o bem-estar da comunidade do ponto de vista educativo, cultural e social; b) promover a aproximação e a cooperação dos membros da comunidade pelas atividades escolares; c) contribuir para a solução de problemas inerentes à vida

escolar, preservando uma convivência harmônica entre pais ou responsáveis legais, professores, alunos e funcionários da escola; d) administrar de acordo com as normas legais que regem a atuação da APM os recursos provenientes de subvenções, convênios, doações e arrecadações da entidade.

Atualmente a APM da Escola Municipal Jardim Guarujá, realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pela Associação de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de Entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 303/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Padre Durval Secchi, com sede e foro no município de Colombo - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Padre Durval Secchi, criada em 1998, sendo pessoa jurídica de direito privado, é o órgão de representação dos pais e dos professores do estabelecimento de ensino. A entidade não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros.

Tem sede e foro à Rua Genésio Moreschi, 505 - Jardim Guaraituba, município e comarca de Colombo, sendo seu estatuto registrado sob o nº 535 do livro 02 Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Colombo - Paraná, em 1º de setembro de 1998, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 01.569.939/0001-34.

A Associação de Pais e mestres da Escola Municipal Padre Durval Secchi, tem por finalidade:

- Colaborar na assistência aos educandos, no aprimoramento do ensino e na integração família - escola - comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar;

- Prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;

- Integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre à realidade dessa mesma comunidade;

- Representar pais de alunos, junto ao estabelecimento de ensino, de conformidade com o disposto no Regimento escolar;

- Promover o entrosamento sistemático entre pais, alunos, professores e membros da comunidade através do desenvolvimento de atividades sócio-culturais, desportivas, saúde, meio ambiente, dentro do previsto no Regimento Escolar;

- Contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, celebrando para tanto contrato e/ou convênios com a Administração Pública e organização não governamentais, - ONGs.

Atualmente a APM da escola Municipal Padre Durval Secchi, realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme Relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associação de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de Entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 304/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestre do Colégio Estadual Tancredo Neves, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola estadual Tancredo Neves, fundada em 1995, sendo pessoa jurídica de direito privado, é o órgão de representação dos pais e dos professores do estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros com atuação junto à referida unidade escolar, sediada à Rua Rio Negro, 580 - Lamenha Grande, Município e Comarca de Almirante Tamandaré - PR.

Tem seu estatuto registrado sob o nº783 do livro 4-3 datado de 07 de junho de 1995, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Rio Branco do Sul,

sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 00.748.846/0001-04.

A Associação de Pais e mestres do Colégio Estadual Tancredo Neves, tem por finalidade:

- Prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;

- Integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre à realidade dessa mesma comunidade;

- Proporcionar reais condições ao educando de crítica e participação no processo escolar, apoiando a livre organização dos grêmios estudantis;

- Representar pais de alunos, junto ao Estabelecimento de Ensino, de conformidade com o disposto no Regimento Escolar;

- Promover o entrosamento sistemático entre pais, alunos, professores e membros da comunidade através do desenvolvimento de atividades sócio-culturais, desportivas, saúde, meio ambiente, dentro do previsto no Regimento Escolar;

- Contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, celebrando para tanto contrato e/ou convênios com a Administração Pública e Organização Não Governamentais, - ONG's.

Atualmente a APM da escola estadual Tancredo Neves realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme Relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associação de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de Entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 305/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Apucarana, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Apucarana, fundada em nove de agosto de 1986, sendo uma entidade de Direito Privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter assistencial, cultural e esportivo,

com sede à Avenida Professor Aberto Piekas, 90 CEP 83.504-520 - Jardim Apucarana - Almirante Tamandaré.

O Estatuto Social da Associação dos Moradores do Jardim Apucarana está registrado sob o nº 107 do livro A-4 no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Rio Branco do Sul, desde 28 de julho de 1987, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 03.642.174/0001-46.

A Associação de Moradores do Jardim Apucarana, tem por finalidade:

- Congregar os moradores do Jardim Apucarana, apoiando suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos;

- estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos e da localidade;

- Representar perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias, os interesses gerais dos moradores ou os interesses individuais de seus associados;

- Manter serviços assistenciais e cooperativos, inclusive através de convênios com organismos públicos e particulares;

- Manter trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefício dos associados e moradores em geral.

Atualmente a Associação de Moradores do Jardim Apucarana desenvolve inúmeras atividades junto à comunidade, conforme consta no Relatório de Atividades, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associações de Moradores, colaboradores estão solicitando a declaração de Entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 306/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal Jardim Guarujá, com sede e foro no município de Colombo - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) EDSO STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola municipal Jardim Guarujá, criada em 1998, sendo pessoa jurídica de direito privado, é o órgão de representação dos

pais e dos professores do estabelecimento de ensino. A entidade não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros.

Tem com sede à Rua Josefa Tomaceski, 95 - Jardim Guarujá, Município e Comarca de Colombo - PR, sendo seu estatuto registrado sob o nº 531 do livro 02 no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Colombo - PR, em 1º de setembro de 1998, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 01.591.137/0001-20.

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Jardim Guarujá, tem por finalidade:

- Colaborar na assistência aos educandos, no aprimoramento do ensino e na integração família - escola - comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar;

- Prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;

- Proporcionar reais condições ao educando de crítica e participação no processo escolar, apoiando a livre organização dos grêmios estudantis;

- Integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando a realidade dessa mesma comunidades;

- Promover o entrosamento sistemático entre pais, alunos, professores e membros da comunidade através do desenvolvimento de atividades sócio-culturais, desportivas, saúde, meio ambiente, dentro do previsto no Regimento Escolar;

- Contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, celebrando para tanto contrato e/ou convênios com a Administração Pública e Organização Não Governamentais, - ONG's.

Atualmente a APM da escola municipal Jardim Guarujá, realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme Relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associação de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de Entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 307/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Jardins Cezar Augusto e João Paulo II, com sede e foro no município de Colombo - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos dos Jardins Cezar Augusto e João Paulo II, criada em 1992, sendo pessoa jurídica de direito privado, é o órgão de representação dos moradores dos Jardins Cezar Augusto e João Paulo II. A entidade não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros.

Tem com sede e foro à Rua Felício Czoher, 6, Jardim João Paulo II, Município e Comarca de Colombo, sendo seu estatuto registrado sob o nº 312 no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Colombo - Paraná, em 18 de agosto de 1992, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 68.609.544/0001-99.

A Associação de Moradores e Amigos dos Jardins Cezar Augusto e João Paulo II, tem por finalidade:

- Congregar os habitantes da comunidade a que pertencem em torno de seus anseios e problemas fundamentais, buscando equacioná-los através de consenso geral a fim de que sejam asseguradas e garantidas as características básicas e primitivas de zelar pelos seus direitos e deveres, a fim de que o local continue proporcionando aos seus moradores as condições adequadas para a plena realização das funções intrínsecas de habitar, trabalhar, recrear e se desenvolver;

- Colaborar com os órgãos públicos e/ou privados, responsáveis pelos serviços de infra-estrutura urbana;

- Promover os meios e/ou recursos que viabilizem a realização dos interesses dos moradores;

- Colaborar com entidades e/ou pessoa física e jurídica que atue na área social e que possam trazer benefícios à comunidade;

- Promover o convívio social, as atividades de lazer e esporte, enfim, zelar pelos bens e valores da comunidade e lutar pela sua preservação;

- Representar perante as autoridades administrativas, legislativas, judiciárias, os interesses gerais dos moradores e amigos, associados ou não, dentro da área abrangida pela entidade;

- Manter serviços assistenciais e cooperativos, inclusive através de convênios com organismos públicos e particulares, de acordo com as disponibilidades financeiras da entidade e a necessidade da comunidade;

- Manter trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefício dos moradores em gozo de seus direitos estatutários;

- Manter trabalho com a criança e adolescente, escolas profissionalizantes, etc.

Atualmente a Associação realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme Relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associação de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de Entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 308/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Kauande, com foro e sede no município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Capoeira Kauande, fundada no dia 12/08/96, com sede na cidade de Curitiba, na Avenida Brasília, 4.974, é uma entidade associativa, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, cujo objetivo é difundir a prática do esporte e a cultura da capoeira.

Desenvolve-se importante trabalho social, inteiramente gratuito para crianças, jovens, adultos carentes e também para portadores de deficiência física e mental.

Face ao exposto e testemunhas que somos de excelente trabalho desenvolvido pela Kauande Capoeira, bem como analisando toda a documentação da entidade que encontra-se dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do Plenário este projeto, solicitando apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 309/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída a meia entrada para doadores regulares de sangue em todos os locais públicos de cultura, em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, esporte e lazer do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Para os efetivos desta lei, considerar-se-á como casa de diversões ou estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, feiras, exposições zoológicas, pontos turísticos, estádios, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas, e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

Art. 2º - A meia entrada corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado, sem restrição de data e horário.

Art. 3º - Para efeito desta lei, são considerados doadores regulares de sangue aqueles registrados no homocentro e nos bancos de sangue dos hospitais do Estado, identificados por documento oficial expedido pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo precípuo incentivar a população a se engajar numa luta diária que os hospitais e bancos de sangue travam em busca de doadores que elevem seus estoques de sangue. Todos sabemos destas dificuldades e, as tímidas campanhas publicitárias não têm atingido seus objetivos.

Diariamente em meu programa de rádio, apelo à população para que doadores se apresentem para atenderem determinado enfermo. Muitos familiares dos enfermos têm dispendido de seus poucos recursos para buscar, transportar, pessoas que se dispõem a doar sangue, numa luta desesperada pela sobrevivência de um ente querido.

Somos conscientes de que a doação é um ato de amor e, os doadores têm que se dirigir aos bancos de sangue. Mas, com o presente projeto de lei, temos certeza de que servirá de estímulo aos futuros doadores.

Sendo assim, apelo aos demais pares desta Casa de Leis, para que, juntos, criemos esta “recompensa” aos doadores e, assim, minimizemos o sofrimento do nosso povo.

#### PROJETO DE LEI Nº 310/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado a todas as panificadoras, confeitarias e empresas de panificação a utilizarem até 5% da fécula de mandioca para mistura na massa de panifícios e derivados.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO

#### JUSTIFICATIVA:

A fécula de mandioca, por análise de dezenas de Faculdades, contém valores proteicos e vitamínico supe-

riores à farinha de trigo, elevando nesta mistura o valor nutritivo em todos esses alimentos, sendo utilizado o produto *in natura* em muitos países no tratamento de anemias, desnutrição e outros problemas da área de saúde.

Salientando, a importância do Estado do Paraná na questão econômica e social da demanda de superprodução deste produto, sendo o mesmo, muitas vezes mais barato que a produção de farinha de trigo, a qual temos que importar permanentemente de outros países, como por exemplo da Argentina, onde dependemos do preço dólar/dia, que inviabiliza a estabilidade do preço do alimento mais consumido no país, o pão.

É tão grande a importância desta liberação, uma vez que com certeza aumentaremos no mínimo 100.000 pessoas trabalhando direta e indiretamente em nosso Estado.

Com todas estas justificativas, temos a certeza que o governo do Estado e as indústrias de panificação saíram na frente, elevando no Brasil as possibilidades de termos, a partir deste projeto, a solução para muitos produtores que estão com seus estoques paralisados, e que hoje, pode ser derivado, mais de 150 outros produtos industrializados.

#### PROJETO DE LEI Nº 311/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná, a reduzir a taxa de cobrança da coleta e tratamento de esgoto para 50% do custo de abastecimento faturado em todo o Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei visa reduzir a cobrança das taxas de coleta e tratamento de esgoto das residências do Estado do Paraná, de 80% para 50% ao referido na conta d'água.

#### PROJETO DE LEI Nº 312/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Sengés, um lote de terreno, de propriedade do Estado do Paraná, registrado sob a matrícula nº 1.229, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sengés, sem benfeitoria, situado na zona urbana do município de Sengés, no loteamento Antônio Fernandes dos Santos, imóvel com área total de 5.204m<sup>2</sup> (cinco mil duzentos e quatro metros quadrados), com as



seguintes metragens e confrontações: 62,25m (sessenta e dois metros e vinte e cinco centímetros), de frente para a Rua XV de novembro; 85,70m (oitenta e cinco metros e setenta centímetros), de um lado com a Rua Benjamin Constant; 63,20m (sessenta e três metros e vinte centímetros), de fundos para a Rua 7 (sete) de setembro; e finalmente 82,25m, (oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros), por lado com terrenos de Francisco Soares Camacho.

Parágrafo único - A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ser gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para construção da sede da Câmara Municipal de Sengés, não podendo ser dada outra destinação sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O nosso querido município de Sengés, que tanto abrilhanta nosso Estado do Paraná, vem se desenvolvendo pujantemente a cada dia que passa. Seu crescimento trouxe a necessidade de maiores espaços para que a administração pública municipal possa cumprir com seus objetivos, de atendimento à população.

A Câmara Municipal de Sengés, atualmente vem trabalhando em lugar desconfortável, que não atende às necessidades do Poder Legislativo, sendo que o Estado do Paraná possui um imóvel adequado para a construção de uma nova sede para o Legislativo Municipal de Sengés.

Por se tratar de matéria de amplo mérito, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, para o projeto de lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 313/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professor Júlio César, Ensino de 2º Grau, com sede e foro no município de Rebouças.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Temos a honra de propor a declaração de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professor Júlio César, Ensino de 2º Grau, de nossa querida cidade de Rebouças.

A Associação vem apresentando assistência aos educandos de Rebouças, assegurando-lhes condições de eficiência escolar, integrando a comunidade no contexto da vida dos alunos e da escola, discutindo políticas educacionais, visando sempre manter-se dentro da realidade da comunidade.

Apóia a organização livre de grêmios escolares estudantis, e tem a missão mister de bem representar os interesses dos pais e alunos frente ao estabelecimento de ensino.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo mérito, tomamos a iniciativa legislativa da proposição em epígrafe, e pedimos o apoio dos nobres pares desta Assembléia Legislativa.

## Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica revogada, com amparo no artigo 54, incisos XXVI e XXVII da Constituição Estadual, a Resolução nº 1596/2001, de 13 de julho de 2001, da Secretaria de Estado da Educação, ficando, em consequência, revogados os efeitos da Resolução nº 2615, de 21 de junho de 1996.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(aa) NEREU NOURA e ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A resolução secretarial que ora se pretende revogar aprova Instrução Normativa do Departamento de Educação Especial, da Secretaria de Estado da Educação, estabelecendo novas diretrizes norteadoras dos convênios entre a SEED e as escolas especializadas no atendimento de portadores de deficiências, no Estado.

Como é de notório conhecimento, o Paraná adquiriu, no decorrer de longo tempo, um padrão de excelência em educação especial, que o colocou como referência em nível nacional.

Na sistemática atual, os alunos deficientes, com acentuado grau de comprometimento, recebem atendimento em tempo integral nas escolas especializadas. Com a educação de malversada resolução, esses alunos não mais terão assistência em período integral. Vale ressaltar que estes alunos representam 40% dos matriculados nas escolas especiais do Estado.

Estabelece a norma em apreço que as instituições especializadas em educação especial conveniadas com a SEED, poderão, em caráter excepcional, ofertar serviço de apoio pedagógico, especializado a alunos matriculados em creches ou no ensino regular, através de cronograma de atendimento, com o máximo duas horas diárias,

no contraturno, desde que tal serviço não seja ofertado na Rede Pública de Ensino.

Outro fator de relevante gravidade, e imposta pela dita resolução, é o atinente à limitação de idade. Pela sistemática a ser implantada, alunos maiores de 21 anos não mais terão direito ao professor em sala de aula, sendo o atendimento prestado por um instrutor sem qualquer qualificação para trabalhar com deficientes. Manter tal imposição, representa imprimir um profundo retrocesso nos avanços alcançados pela educação especial no Estado.

Senhores deputados, diante de tais fatos, além de outros não menos relevantes, introduzidos na nova Instrução Normativa, é que propomos, através do presente projeto de decreto legislativo, a revogação imediata da Resolução nº 1596/2001, da Secretaria de Estado da Educação, antes que seus funestos efeitos venham a penalizar ainda mais aqueles que já são suficientemente penalizados pela sua própria condição de deficientes.

Estas as razões, nobres pares, que nos levaram a apresentar a presente proposição, para qual pedimos o devido apoio de Vossa Excelência, no sentido de sua aprovação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Ficam sustados, nos termos do artigo 54-XXVI da Constituição Estadual, os efeitos da Resolução nº 1596/2001 e da Instituição Normativa nº 01/2001, por ela aprovada, ambas exaradas pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2º - Os convênios, bem como o funcionamento das escolas especializadas, continuam sendo regulamentados pela Resolução nº 2615/96.

Art. 3º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA

**JUSTIFICATIVA:**

Em 13 de julho próximo passado, a Secretaria de Estado da Educação baixou a Resolução nº 1596/2001, aprovando a Instrução Normativa nº 01/2001, da mesma data, do Departamento de Educação Especial, alternando as normas de funcionamento das escolas especializadas.

O desrespeito aos direitos dos portadores de deficiência, causou revolta às Federações das APAE's e à Federação Brasileira de Educação Especial, bem como às entidades mantenedoras das escolas especializadas e aos pais de excepcionais, que decidiram mobilizar-se para evitar um retrocesso no ensino especial.

Como é de conhecimento desta Casa e dos nobres parlamentares, compete à Assembléia Legislativa, nos

termos do artigo 54, inciso XXVI, "sustar os atos normativos do Poder Executivo e do Poder Judiciário que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa".

Se mantida a Resolução 1596/2001 a I.N. nº 01/2001 agravará sobremaneira as dificuldades que já vêm enfrentando as escolas especializadas, razão porque contamos com o apoio dos deputados que compõem esta Assembléia independentemente de serem Situação ou Oposição, para que seja suspensa essa medida.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica revogada, a Resolução nº 1596/2001, da Secretaria de Estado da Educação, que trata da Educação Especial no Estado do Paraná.

Art. 2º - A Assembléia Legislativa apresentará no prazo de 90 (noventa) dias, legislação específica sobre o assunto.

Art. 3º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2001.

(aa) TONY GARCIA, CESAR SILVESTRI, ALGACI TULIO, AUGUSTINHO ZUCCHI, MARCOS ISFER, PASTOR EDSON PRACZYK e RENATO GAÚCHO

**JUSTIFICATIVA:**

A Resolução nº 1596/2001, contém normas para a educação especial no Estado do Paraná, e foi regulamentada pela Instrução Normativa 01/2001, porém, causou uma situação de descontentamento entre os dirigentes, professores e pais de excepcionais.

Consta que a Secretaria de Estado alterou substancialmente os termos do Convênio de Cooperação Técnica Financeira que as escolas especiais mantêm com o Governo do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa pretende ouvir os representantes das escolas, dos professores e pais de alunos especiais, para elaborar uma legislação moderna e eficaz neste sentido, propiciando a ambas as partes, atender as verdadeiras necessidades da educação especial no Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Moysés Leônidas.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS**

Senhor presidente e senhores deputados, cumprimentando aos visitantes, aqui presentes, já tivemos oportunidade de daqui da tribuna falarmos da situação do

governo Jaime Lerner, em especial de alguns segmentos mais fortes do seu governo, que acabam nas trapalhadas que quase sempre praticam, complicando a vida do próprio governador.

Sou um deputado genuinamente do interior e, sei hoje o peso da rejeição do governador no interior, exatamente porque a maioria absoluta dos seus secretários não tem responsabilidade, não tem compromisso, com o próprio governador, com o próprio Jaime Lerner, a quem já disse aqui da tribuna e quero voltar e afirmar: “Fico com pena do governador Jaime Lerner”.

A secretária da Educação, Alcyone Saliba, vem já, há muito tempo cometendo trapalhadas no governo, digna de programa de televisão, de verdadeiras pegadinhas de televisão.

Lá na minha cidade e em toda a região, fui procurado por inúmeras pessoas, preocupadas em especial, com a questão das APAE's e, quero aqui de público, dizer que foi mais uma trapalhada da senhora Alcyone Saliba. Não tem nenhuma escola, não tem nenhum segmento, não tem nenhum lugar que a gente passe e que se fale de educação, que exista uma pessoa sequer, pelo menos na minha região de Londrina - a não ser aquelas que estão com cargos ligados ao governo e dependem da secretária - que estejam satisfeitos com o seu governo.

Rondam até senhor presidente, em uma das maiores escolas de Londrina e da minha região do Norte do Paraná, afirmações fortes que a Assembleia Legislativa do Paraná, é que mantém a senhora Alcyone Saliba no governo.

Quero aqui, já deixar consignado, não tenho absolutamente nada de pessoal contra a secretária. Acho pessoal, até porque sou de uma família de professores; ela acabou com o aspecto pedagógico da Educação do Paraná.

Acho-a competente, já disse aqui que deveria estar na Secretaria de Planejamento do governo, para buscar dinheiro no Banco Mundial, em outros lugares, mas para a Educação não serve.

Mas não tem ninguém, em nenhum lugar, que esteja satisfeito com ela na Educação e o Jaime Lerner não enxerga: “O pior cego é aquele que não quer ver”.

Quero deixar aqui a minha preocupação com essa questão específica da Educação, e também, já que esse assunto me parece até que a secretária virou a cambota, e agora vai desvirar, vai ter que voltar atrás: já comprometeu o Jaime Lerner.

O Jaime Lerner, toda a vez que vai a Londrina é vaiado exatamente por causa dessas trapalhadas. Faz, não tem peito e depois volta para trás.

Assim aconteceu com a questão dos diretores de escola. Meu Deus do Céu, falta um ano e meio para terminar essa gestão do Jaime Lerner, vai fazer eleição de diretor para trocar, só para provocar a ira de quem está lá. Não é possível que essas coisas tenham que acontecer.

O outro trapalhão do governo do Lerner, está aqui, e trouxe até para comentar, o secretário da Segurança,

que cuida da Segurança do Estado, é o homem mais inseguro que eu já vi. Quando ele fala na televisão, dá impressão de que está tremendo, que está com medo.

E a população de Londrina está com medo. Está, aqui no Jornal de Londrina, junto com a Folha de Londrina, e a Folha do Paraná, que é o jornal mais lido da cidade, APAE's traz a manchete de hoje: assalto a ônibus aumento em 270%. A semana passada um menino entrou com uma arma pesada dentro do ônibus e assaltou. Oito anos de idade. Mais em baixo, mostra a quantidade de assassinatos. E o que é pior, fala-se na boca pequena, que o delegado colocado pelo secretário José Tavares é sócio desse bandido, aqui. A cidade virou o caos.

Como eu já tenho me colocado, inclusive com relação a este trapalhão que é o secretário José Tavares, já tenho dito o que penso a respeito. A Secretaria de Segurança é uma república à parte, ele não está preocupado com a grife do Jaime Lerner. Nem ele e nem a senhora Alcyone Saliba. Ninguém! Cada um cuida de si, e como cada um faz as suas trapalhadas, é o Jaime Lerner que paga.

Já disse da questão da segurança e não quero mais falar, vou deixar consignado, só, hoje. Estou fazendo um requerimento pedindo até em nome das pessoas lúcidas da minha cidade, que esse delegado seja trocado da cidade de Londrina, porque desde que ele foi para lá as cifras são essas. Nós nunca tínhamos notícias de assaltos nos coletivos da cidade e agora nós temos 270% de aumento, nesses 6 meses. E a situação está cada vez mais grave.

Não dá para pedir aqui, a saída da secretária Alcyone, porque o governador disse um dia que iria trocá-la. E ela aceitou ficar, fez pressão; também não vou pedir mais.

Quero agora fazer, aqui, de público: Já que não dá para resolver a situação, vamos pelo menos amenizar a situação de Londrina trocando o delegado. Por que é que estou fazendo isso? Fui informado por policiais civis de Londrina, que ele disse o seguinte: “Deixe a bronca com a Polícia Militar; eles que vão cuidar da questão da segurança, porque a Polícia Civil vai ficar aqui trabalhando administrativamente. Nada de fazer esse trabalho de rua”!

E o senhor José Tavares, um secretário inseguro, não vê também a insegurança que vive o povo de Londrina.

Concedo aparte ao deputado Alborghetti.

### **O Sr. Luiz Carlos Alborghetti**

Só queria dizer a V. Exa., já que eu iria fazer o requerimento pedindo o afastamento do delegado de Londrina, que, primeiro, ele é 3ª classe e Londrina não merece; tem que ter um delegado 1ª classe. Já temos um delegado fantástico, um delegado muito sério.

Veja bem, o que aconteceu? Só de eu ter comentado, de ter perguntado ao deputado Ribas Carli, se eu poderia pedir o delegado da cidade dele para ir para Londrina, - porque é um delegado que foi escolhido a dedo

para Guarapuava, incrível que pareça, só por que ter comentado que ele poderia assumir Londrina, ele foi recolhido de Guarapuava e colocado no corredor, aqui, na Capital do Estado!

As manchetes dos jornais de Londrina, do grupo do Dr. Francisco da Cunha Pereira, já mostram que os assaltos a ônibus em Londrina aumentaram em 270% o índice de criminalidade em Londrina.

Então gostaria de pedir que V. Exa. fizesse o pedido do afastamento e da nomeação do novo delegado. Já tenho um novo delegado, podemos sentar, conversar, dialogar. É uma pessoa que não tem partido político, vai atender V. Exa. e a cidade inteira. Hoje é um perigo você mexer, indicar, nomes. Tem que se saber quem você está indicando. E temos o aval do deputado Ribas Carli. É um delegado muito sério, idôneo, e tenho certeza que Londrina não merece o que está passando.

A Polícia Militar está fazendo um grande trabalho. Já a Polícia Civil de Londrina deixa muito a desejar. E se por acaso não concordarem, que venham votar, aqui, a favor da Copel!

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Deputado Leônidas, acho que não podemos agir pela metade. Nós temos que agir por inteiro. Não podemos levar para a frente as coisas e dizer da segurança pública, enquanto sabemos que o Governo do Estado, gastou mais de 400 milhões de reais em publicidade e propaganda.

E há um requerimento que estou lendo que esta Casa aprovou, para que o Governo explique para quem foi este dinheiro: firam para quatro agências de propaganda!

Aqui tem também um requerimento que fiz, para saber, por exemplo, para quem ele vendeu 56% das ações da Copel. Quando ele assumiu, tinha 86% das ações. Ele vendeu 56% e agora tem 31% do valor das ações, do patrimônio, e tem 56% com as ações com direito a voto. Mas, ele vendeu 56% das ações da Copel e não explicou a esta Casa para quem vendeu, por quanto vendeu e para onde foi parar o dinheiro!

Ora, senhor deputado Leônidas e demais senhores deputados! É gravíssima a situação! A Sanepar, ele vendeu por 34,75% da empresa e declarou na prestação de contas que vendeu por 249 milhões, quando o documento que recebi prova que recebeu 249 milhões e setecentos e poucos mil reais.

Então, senhores deputados, a segurança é evidente. O município de Colombo não deve ter dez soldados para atender 200 mil habitantes. Não há aumento para os funcionários. Nós estamos diante do caos. E cabe a este Poder Legislativo legislar e fiscalizar, porque nós temos aqui a responsabilidade pública. Por isso é que eu chamo a atenção dos senhores deputados.

Olha, eu fiz um pronunciamento a semana passada e relatei aqui todos os números e dados. E nada de conversa! É tudo prova documental! Por isso, e cumprimento

V.Exa. e espero que os deputados compreendam e comecem a analisar os fatos.

Muito obrigado.

#### **O Sr. Ricardo Chab**

Deputado Moysés Leônidas, meu aparte será muito breve. Quando o senhor tocou no nome da secretária Alcyone Saliba, eu estava atentamente ouvindo, e achei oportuno, porque a secretária se encontra na Casa, e pôde ouvir o seu descontentamento, de pronto. Não vai precisar um assessor ou alguém para levar o recado que o senhor lhe deu, da tribuna. Isso é importante.

Eu só faço este registro, porque ela está, neste exato momento, na sala da Presidência, aguardando o presidente e pôde ouvir, de pronto, o seu discurso, nesta tarde. Só no sentido de alertá-lo.

#### **O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS**

Muito obrigado.

Quero agradecer aos deputados, e aproveitar que a secretária está ouvindo, dizem que ela dança tango muito bem; vai fazer o governador bailar nas ruas, a qualquer hora.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### **O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

O segundo orador inscrito é o deputado Algaci Tulio.

#### **O SR. ALGACI TULIO**

Senhor presidente e senhores deputados. Parte do meu discurso já foi utilizado pelo deputado Moysés Leônidas, e portanto, me poupa de alguns questionamentos, mas seria importante que esta Casa tomasse providências com relação às medidas tomadas pela secretária de Educação Alcyone Saliba. Já foi assim com relação à questão do esporte nas escolas, que deu bastante confusão; esta Casa foi testemunha. Está sendo assim em relação às eleições dos diretores das escolas.

E agora, mais uma vez, um assunto que já trouxemos a esta Casa e que o companheiro José Alcides já usou da tribuna desta Casa para dizer da situação das escolas especiais. E, na última sexta-feira, tivemos aqui em Curitiba uma manifestação extraordinária, com mais de cinco mil pessoas. E a maioria delas, senhores deputados que não estavam aqui, que são parlamentares do interior, eram deficientes físicos, deficientes mentais, deficientes visuais, que vieram em cadeiras de rodas, que vieram amparados pelos braços de seus pais, numa ação constrangedora para todos nós, políticos, que não vemos uma ação mais efetiva deste governo na área da Educação!

Foi constrangedor ver à frente da Assembléia, à frente do Palácio o sofrimento daquelas crianças, seus pais, sem poder ampará-los, para mostrar ao governo a insatisfação, para mostrar ao Governo do Paraná e a nós, políticos, que temos que fazer alguma coisa e que não é

possível permitir que as coisas continuem acontecendo da maneira como vêm acontecendo aqui no Paraná!

Como disse o deputado Moysés Leônidas, da base do Governo, veio aqui a esta tribuna e trouxe o seu descontentamento, e são exatamente duas áreas que eu tenho batido bastante, a área da segurança pública está um caos, não só em Curitiba, não só na Região Metropolitana, mas no interior do Paraná também. E a educação é tudo isso que nós estamos vendo aí no dia a dia, portanto, acho que já era hora desta Casa, deputado Ângelo Vanhoni, a nossa Comissão de Educação que começou este trabalho com as escolas especiais, a nossa comissão, que antes do recesso parlamentar havia convocado a secretária para vir depor e lamentavelmente isso não aconteceu, e neste período de férias o que faz a secretária? Como fez com o esporte das escolas, toma uma medida entre o final do ano letivo, no ano passado e o início do ano letivo, e daí deixa os pais em polvorosa, não sabendo se o aluno vai estudar naquela escola, se o aluno vai para outra escola, aquela escola vai fechar, se vai ter diretora ou não vai ter, e agora faz essa medida absurda, com relação às escolas especiais.

Esta questão aqui, senhores parlamentares, não se trata de ser a favor e nem contra o Governo. Não é uma bandeira da Oposição, é bandeira das associações que estão aqui representadas pelo José Alcides, pela Maria Lúcia Forquin, pela Angelina Matiskei, enfim, por vários segmentos. E agora eu acabei de receber aqui um manifesto, uma moção de apoio à continuidade do ensino fundamental de 1ª a 4ª séries e escolas especializadas para deficientes visuais.

Imagine, senhores parlamentares, o deficiente mental, que você sabe que tem 18, 21, 30 anos de idade, mas que é uma criança, porque não cresceu, com seu problema de mentalidade, este não vai mais ter amparo do governo. O Alcides nos dava informações há pouco que a Maria Lúcia Fourquin, ou então a nossa presidente Angelina, vai usar a tribuna e dizer do absurdo: escolas que recebiam um exemplo: 12 mil reais, que é o caso do pequeno Cotelengo do Paraná que tem mais de 150 jovens lá com problemas mentais, vai passar a receber 22 mil reais. Como é que vai dar atendimento ao deficiente desta forma, minha gente? A educação não se trata com números, não se trata com economia, se trata com investimento e com responsabilidade.

E a secretária como eu tenho dito e repito, é mais uma economista que deveria estar lá no FMI, quem sabe, do que estar aqui na educação do Estado do Paraná.

Então, senhores deputados, na verdade esta não era a motivação que me trazia hoje ao Plenário, até porque o deputado Marcos Isfer também iria usar da palavra, como usou o Moysés Leônidas. O meu assunto hoje era tratar da questão da água, que está terrível em Curitiba e na Região Metropolitana. E vejam a solução da água, só para 2002.

Então, de repente, vamos pensar numa medida, já que estamos pagando caro por um produto de péssima qualidade, vamos pedir à Sanepar, o desconto. A gente se

envenena, assim mesmo, com a água de Curitiba, mas que não se pague o que tem que se pagar hoje do valor da taxa, minha gente; é um absurdo o que está acontecendo aí.

O meu pronunciamento já não vai dar mais tempo para falar da água, mas deixo aqui já o registro de algumas medidas, eu estou dando entrada aqui hoje, na Assembléia - espero que a bancada governista entenda - que a questão da água não é uma questão política, mas também, é uma questão de segurança do povo de Curitiba e da Região Metropolitana.

Estou pedindo a convocação do presidente da Sanepar, para que venha à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia, para explicar a situação da água de Curitiba e da Região Metropolitana. Estou fazendo um questionamento aqui, com três páginas, pedindo ao presidente da Sanepar, que nos informe que medidas está tomando, em relação a este caos que está a questão da água na Capital do Estado do Paraná.

Concedo aparte ao deputado Moysés Leônidas, me parece ainda em cima da educação especial.

#### **O Sr. Moysés Leônidas**

Deputado Algaci. Apenas para deixar consignado nesta Casa, a questão da educação, e para os presentes aqui,...

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Ele está no Pequeno Expediente. Infelizmente, não é permitido aparte.

#### **O SR. ALGACI TULIO**

Faço um apelo, senhor presidente, ao líder do PTB, deputado Carlos Simões: poderia me conceder o horário do nosso partido PTB?

**(Assentimento)**

Muito obrigado, deputado. Tem a palavra deputado Moysés Leônidas.

#### **O Sr. Moysés Leônidas**

Para não perder a oportunidade, essa questão da educação é um problema tão sério e não só educação especial, mas todo contexto da educação conjuntural do Estado do Paraná, que acabei uma pesquisa em Londrina, está tabulando, estou pegando o relatório.

Todo mundo sabe, que no interior o governador Jaime Lerner está mal. Pois a senhora Alcyone Saliba, consegue ter a maior rejeição do que o governador. Nunca vi uma coisa assim.

#### **O SR. ALGACI TULIO**

Deputado Moysés, não ouvi. O governo está mal aonde?

#### **O Sr. Moysés Leônidas**

No interior, todo mundo sabe que o governo do Lerner está mal, mas a rejeição do governador compa-

rado à senhora Alcyone Saliba, ela bate de dez a zero nele, nunca vi uma coisa assim. E o governador não enxerga.

Só para completar, queria dizer isso e não falei. E não é pesquisa, não é coisa inventada numa enquete. É pesquisa científica. E o governo não ouve.

Quem sabe se tiver aqui, algum dos ouvidores do governo, que pudesse levar essa informação ao governador, porque todos os segmentos da administração do senhor Lerner, tem comprometido a pessoa dele e ele está pagando caro e vai pagar caro por isso.

#### O SR. ALGACI TULIO

E é lamentável. Veja, que no final do ano, o governador afastou a secretária da Educação, a Secretaria ficou um período sem ter um comando, depois voltou e trouxe, novamente, a secretária.

#### O Sr. Moysés Leônidas

E o pior é que se comenta, que a Assembléia Legislativa que está dando sustentação para ela.

Esse “mico” não vou pagar!

Muito obrigado.

#### O SR. ALGACI TULIO

Vossa Excelência, falou que ela é boa de “tango”. Parece que ela é boa de “samba”, que colocou o governo em uma “roda de samba”, pelo jeito. Tem a a palavra o deputado Renato Gaúcho.

#### O Sr. Renato Gaúcho

Deputado Algaci. Gostaria de me incorporar a essa sua manifestação em favor da qualidade da água em Curitiba. Todavia, gostaria de deixar consignado, que nós já encaminhamos à Mesa desta Assembléia um requerimento, no sentido de se fazer esta análise da qualidade da água, que é consumida por Curitiba e Região Metropolitana.

Este requerimento, data do dia de junho do ano em curso.

#### O SR. ALGACI TULIO

É necessário que nós, especialmente, nós parlamentares de Curitiba, da região metropolitana, cobremos algumas posições do Governo do Estado.

O meu requerimento está baseado, considerando, que antecedendo a construção da represa do Iraí, foi feito um estudo, financiado com recursos vindos da Alemanha, trabalho conjunto com o Departamento de Geologia da Universidade Federal do Paraná, com a Sudersa, com vários segmentos aqui: e que naquele momento, uma parte do estudo denominado “Prognóstico sobre a qualidade das águas do futuro reservatório do Iraí”. E naquela época já se alertava da impraticabilidade da represa do Iraí, por estar muito próxima a Curitiba; por estar em áreas de ocupação irregular; por margear sistema penitenciário do Estado do Paraná; por margear o Hospital

Adalto Botelho, Hospital psiquiátrico. Então, tudo isso, além do que os rios que abastecem a represa, todos eles passam por áreas de ocupação irregular: que significa dizer, que não tem tratamento de esgoto, não tem água encanada e tudo é jogado no rio. E é este rio, que vem formar a represa ou lago da represa do Iraí. Em um local impróprio, porque vejam bem, nunca vi uma represa com uma profundidade de apenas cinco metros. Quer dizer, não tem como ter qualidade de água.

Agora, a Sanepar tenta remediar de algumas formas, trouxe técnicos franceses, que disseram que só em março de 2002, depois do próximo carnaval é que nós, quem sabe, passemos a tomar uma água um pouquinho mais de qualidade.

Primeiro, colocaram alguma coisa para matar as algas. Não matou! Agora vão colocar alevinos; se não resolver, vão colocar carvão também.

Quer dizer: Quem gosta de fazer um churrasquinho no final de semana, tem que se prevenir porque a Sanepar vai comprar todo o estoque de carvão, para jogar na Represa do Iraí.

Esta é a técnica, a qualidade daqueles que estudaram, que politizaram a Represa do Iraí.

Esta é a situação que está a nossa Curitiba e a nossa região metropolitana. Com esta péssima qualidade de água, chegando nas torneiras. E a solução só em 2002!

Quer dizer: o cidadão, o curitibano que mora na região metropolitana, está sujeito a adquirir doenças das mais graves, e tenho números aqui; números estarrecedores, do que vai de objetos, via os rios que abastecem, que forma o lago da represa do Iraí.

Aí eu pergunto: E se hoje, deputado Vanhoni, um caminhão com algum produto tóxico capotar na BR-277 ou na BR-116, isto poderá levar toda essa carga de tóxico, para a Represa do Iraí?

Se hoje o governo tivesse que interditar, que seria hoje a melhor coisa a fazer, onde iria buscar água para abastecer Curitiba? Já que Iraí abastece 1 milhão e 100 mil pessoas?

Quer dizer, mais da metade da população.

Imaginem se acontecesse um desastre, onde iríamos buscar água? Não tem, deputado Pessuti. Porque não se estudou mais nada! Os “acuterros” de Almirante Tamandaré e Colombo estão sob judice, em função de que está causando rachaduras nas residências. Tem que se buscar mais longe. Há algum estudo da Sanepar, sobre a Represa do Vossoroca? Sobre a Represa de Guaricana?

Estão um pouco mais distantes, mas é lá que vamos ter que ir buscar, porque ainda tem qualidade!

Se estiver perto de Curitiba, não tem mais qualidade. Passaúna também, logo, logo, lamentavelmente com as ocupações irregulares, vai também acabar tendo a mesma consequência.

Por isso, apresento à Mesa, dois requerimentos: um fazendo uma série de considerandos, ao Governo do Estado, e outro convocando o secretário, ao presidente da Sanepar, e mais ao seu diretor administrativo da empresa,

que me parece ser um francês, que já compraram a metade da Sanepar. A França já manda na nossa água, no saneamento básico aqui no Paraná, para que venham a esta Casa na quarta-feira, deputado Neivo Beraldin, que é o presidente desta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, para que possamos questioná-los, a respeito desta crise, deste caos em que está o abastecimento de água na capital do Estado e região metropolitana.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Parece-me que o assunto hoje, com procedência deva ser tratado nesta Casa, é a questão da resolução da Secretaria de Educação, com respeito a Educação Especial.

Muitos de nós aqui presentes, senhor presidente, senhores parlamentares, fomos pegos de surpresa com a movimentação, porque ela foi ultimada rapidamente e muitos parlamentares encontravam-se no interior.

Agora, no dia de hoje, na sequência, indiscutivelmente, nós precisamos de repercutir esse ato odioso da Secretaria da Educação.

Quero começar dizendo uma coisa, senhor presidente, senhores parlamentares: o governo Jaime Lerner, muitas e muitas vezes, tem feito referência sobre o processo de discriminação que a própria história lhe fez sentir. E eu não esperaria de um governador, que conheça tão de perto o que fala discriminação, admitir que seja feito o que está se tentando fazer com o ensino especial.

Senhor presidente, senhores parlamentares, a própria Carta Aberta e os dados da Resolução e da instrução normativa nos mostra, presidente Elio Rusch que além de cortar a cabeça do ensino Especial, foi tratado com falta de respeito as escolas que, com dedicação, tem procurado suprir essa lacuna, fazendo um trabalho muito maior do que a própria educação que se faz, porque trata com excepcionais.

A secretaria vinha conversando com uma comissão desde 1999, conversou no ano de 2000, deputado Zucchi, conversou no mês passado e de uma hora para outra sem levar em consideração absolutamente nada, a secretária Alcyone Saliba, que já tantas e tantas atitudes tem tomado, que tem prejudicado o ensino no Estado do Paraná, como essa dúvida eleição para diretores, que até hoje nem os colégios entenderam como é que se faz; com essa implantação lograda do Paranaeducação que é o princípio da privatização do ensino. Pega sub-repticiamente a educação especial e, de um instante para outro, diz que pessoas com mais de vinte e um anos, deputado Algaci Tulio, não pode ter professores. Lembro do meu tempo de jovem no sudoeste do Paraná, e isso é bem recente, quando as famílias que tinham um excepcional, muitas e muitas vezes as delegacias de polícia era chama-

das por vizinhos, porque as pessoas desamparadas, escondiam dentro de casa a excepcionalidade do seu filho.

Não tinha um amparo, não tinha um recurso, tinha a mentalidade, ainda, da forma de que o excepcional fosse alguém que não pudesse ter o convívio da sociedade, tivesse que ser guardado dentro de casa e escondido dos seus vizinhos. E foi com o trabalho, com a abnegação de professores e professoras de APAE's, de Escolas de Excepcionais que foi possível mudar essa realidade no Paraná e espero que no Brasil, aonde milhares de crianças, jovens e adultos, antes relegados a uma vida vegetativa, hoje pela abnegação, pela força de vontade, pelo carinho, pela dedicação de professores, de Escolas de Excepcionais e Escolas da Apae encontraram a possibilidade de um convívio fraterno através da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Consulto a Vossa Excelência, se deseja usar o Horário da Liderança do PMDB.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, o deputado Caíto Quintana poderá usar o Horário das Oposições, se o desejar.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vossa Excelência passa a falar no Horário das Oposições.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Agradeço ao deputado Waldyr Pugliesi, e desde já no instante que Vossa Excelência quiser, lhe concedo o aparte que for necessário para que Vossa Excelência também possa discorrer sobre isso, dizendo que o deputado Nereu Moura, em nome da bancada do PMDB, vai falar sobre o assunto, seguramente as outras lideranças também, as Oposições falam agora, pela cedência que me faz o deputado Waldyr Pugliesi, do espaço da Oposição.

Mas, eu dizia, senhor presidente e senhores parlamentares, essa nova mentalidade que se procurou criar no seio da sociedade, de que há uma forma de fazer com que o excepcional, o deficiente encontre na sociedade, uma forma de convivência igual, muitas e muitas vezes, com algumas partes da sua sensibilidade e da sua inteligência, muito mais desenvolvida do que outros "ditos normais". É uma falta total e absoluta de sentimento, o que tenta fazer a Secretaria da Educação.

Olha, senhor presidente e senhores parlamentares, este Estado tem vinte e duas secretarias, deputado Vanhoni, tem duas secretarias especiais, esse Estado tem quatro cargos chamados AE-1, Assessoramento Especial de Nível superior com prerrogativas e salário de secretário da Educação, de secretário de Estado.

Portanto, são 26 com 04, são vinte e oito secretarias, algumas que talvez o governador não saiba nem o nome do secretário. O primeiro ato do governo, no primeiro dia de mandato, foi criar nesta Assembléia mais de

quinhentos cargos em comissão para os seus apaniguados. Este governo que dá dinheiro para multinacionais estabelecerem indústrias aqui no nosso território, que dá isenções de impostos, que coloca fora o dinheiro público, vem agora economizar em cima das crianças. Vem economizar em cima do ensino especial. Vem diminuir em meia-dúzia de professores, relegando a retornar ao estado anterior. Eu fico imaginando alguém com mais de 21 anos, deputado Waldyr Pugliesi, numa escola especial necessitando de ensino, necessitando do apoio, necessitando, às vezes, de ir ao banheiro e ser auxiliado nas suas necessidades fisiológicas. Pois bem. Não pode.

Só pode porque o Estado quer economizar nisso para continuar fomentando dinheiro escuso que a cada dia são denunciados, aqui, nesta Casa, que são jogados fora pela janela do seu próprio até de administrar.

Ora, eu vi agora conversando com o deputado Nereu, que ele e o deputado Pessuti, tem um projeto de resolução na Mesa da Casa, do decreto legislativo. Apresentei por desconhecimento um projeto de decreto legislativo também, que solicito à Mesa até que faça a junção dos dois. E solicitaria até, Deputado Nereu, no meu, não tenho constrangimento nenhum, que as Oposições fossem co-autoras disso também para que possamos, usando do Artigo 54, Inciso 26, da Constituição do Estado, sustar o Ato Administrativo da Secretária, que extrapola o seu poder porque necessitaria, se não podemos aqui, senhores deputados, mexer uma vírgula na Educação, porque isso faz parte do Conselho, nem a Secretaria podia, quanto mais quando esses próprios convênios ainda teriam vigência até o ano de 2002.

Acho de uma infelicidade total. E essa é uma mancha que a secretária e o Governo jamais tirarão das suas biografias se insistirem em consolidar esse ato que estão tentado exatamente contra aqueles que muitas e muitas vezes não podem se defender.

Concedo um aparte ao deputado Orlando Pessuti.

#### **O Sr. Orlando Pessuti**

Deputado Caíto, quero ser o mais breve possível.

Quarta-feira da semana passada, quando instalamos os trabalhos, fomos à tribuna e denunciemos a resolução 15/96 como uma Resolução arbitrária e injusta, e tudo que se possa colocar de adjetivos nessa Resolução. Anunciamos a mobilização que teria sexta-feira e que foi realmente uma mobilização que justifica tudo isso que estamos dizendo aqui, milhares de pessoas ligadas às escolas especiais do Paraná estiveram caminhando pelas ruas de Curitiba manifestando a contrariedade à 15/96 e pedindo para que ela seja revogada. Anunciamos que faríamos também esse Projeto de Decreto Legislativo, que, esperamos, possa ele se somar aos outros tantos que possam estar sendo apresentados e que possamos deles, todos, fazer um só. E que o Presidente da Assembleia Legislativa, Hermas Brandão, hoje no exercício deputado Elio Rusch, possa oferecer um parecer, já que cabe à Comissão Executiva oferecer o parecer, e que este projeto

possa vir à discussão do Plenário, se for o caso ainda hoje numa Sessão Extraordinária, ou no mais tardar amanhã na Sessão Ordinária ou numa sessão Extraordinária, e que nós amanhã possamos apreciar esse projeto de decreto legislativo, revogando a resolução 15/96 da secretaria.

Mas peço também o aparte, o deputado Nereu vai falar sobre isto, outros Parlamentares vão falar sobre a Resolução 15/96 que nós dela já falamos na semana passada e não haveria necessidade até de nos espicharmos hoje, mas uma questão que é importante nós trazermos também a conhecimento nesta discussão, eu não estou bem certo, espero até que a advogada das APAE's que vai falar hoje possa trazer esta informação para nós, mas conversando como conversei com mais de uma dezena de escolas nesses últimos dias, ficou registrado, na minha cabeça, me parece, não tenho certeza, que os recursos que teriam que ser repassados às APAE's para o pagamento do 13º salário do ano passado e também o terço de férias ou coisa parecida, até hoje não foi repassado, não foi. Quer dizer além de todo esse desastre que se anuncia para a frente discricionário, suspendendo turno integral, impedindo que o maior de 21 anos possa ter o atendimento que tem hoje, quando as escolas de ensino regular de 2º grau, os CE's(?), as faculdades e universidades oferecem atendimento aos maiores de 21 anos, as escolas especiais não poderão fazer. Então, além de todo esse desastre para a frente, deputado Caíto, ainda tem um desastre para trás, que é o desastre de não ter repassado os recursos do 13º. Tem escola fazendo rifa, tem diretor que fez papagaio, fez empréstimo no banco para pagar o 13º e o terço de férias de seus funcionários.

Quer dizer, é um tratamento discricionário, terrível para o futuro e lamentável também já no passado.

#### **O SR. CAÍTO QUINTANA**

Deputado Vanhoni, vou ficar devendo o aparte a V. Exa. para não abusar da bondade da Mesa. Sei que V. Exa. terá o espaço para colocar com muita propriedade, até porque acompanhou a movimentação aqui no dia.

Mas, para encerrar apenas, senhor presidente, olha vou terminar como comecei, o governador Jaime Lerner conhece a discriminação, pelo menos diz que conhece - não permita, portanto, que se discrimine aqueles que não conseguem sequer se defender. Esta mancha jamais será retirada da biografia do governador se ele acabar consolidando este fato. Muito obrigado, senhor presidente.

#### **O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, na condição de presidente da CPI que investiga a Sanepar, gostaria de convocar os senhores deputados membros da mesma para que em seguida após a Sessão Plenária possamos nos reunir para debatermos a questão da Sanepar.

#### **O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Está com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.



**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhores deputados, primeiramente cumprimentando a todos os colegas que retornaram neste período de recesso no qual mantiveram em suas bases eleitorais a sua presença para as solicitações, reivindicações e principalmente a identificação a ser feita neste segundo período do ano 2001.

Tenho dois assunto, senhor presidente, a analisar nesta tribuna. O primeiro deles é fundamental à família do Paraná é sobre a Copel. Ouvimos no interior do Estado, em Ponta Grossa, aonde temos a nossa base eleitoral e na região dos Campos Gerais, de que agora a Assembléia Legislativa do Paraná terá 27 votos contrários à privatização da Copel. Sua Exa., o governador do Rio de Janeiro, Antônio Garotinho veio a este plenário - aí, onde V. exa. se encontra - e disse, textualmente, os três deputados do PSB, estarão somando com os 24 deputados da Oposição - se somam 54, neste Plenário, e o presidente Hermas Brandão não vota, somos 53 votantes. Vinte e sete a favor do povo do Paraná, somados os três. E vinte e seis a favor do governo Jaime Lerner.

Vamos conferir isso. Os senhores e as senhoras que aqui se encontram, e os jovens, guardem esse dia: Antony Garotinho garantiu três votos ao povo do Paraná, para que a Copel não seja privatizada.

Temos em todos os jornais estampado, uma posição do ilustre jornalista Pedro Ribeiro, que diz o seguinte: "O que vai sobrar depois da venda da Copel? Por mais que coloquem percursos, o governo do Estado - na concepção do jornalista - deverá vender a Copel até o final do ano. É natural que a Oposição tenha esperança em reverter esse processo. Mas o bater de pernas da Oposição não vai ser suficiente para enfrentar o rolo compressor do governo Jaime Lerner. Com isso uma pergunta fica no ar: o que sobra do Estado daqui para frente? Ao se desfazer de mais um símbolo da economia - primeiro foi o Banestado, agora o Estado está montando um cenário parecido com o vivenciado pela Argentina.

O país vizinho também se desfez dos seus melhores anéis para tentar manter a mão. Com as vendas das estatais argentinas, o ex-presidente hoje, quase presidiário, Carlos Menem, conseguiu um alívio que lhe garantiu diversos mandatos como presidente argentino. Hoje, após se desfazer de seus principais alicerces, a Argentina está à beira do abismo.

A comparação da Argentina com o Paraná pode parecer, a princípio, exagerada. Mas o que vai ficar de garantia para o próximo governador do nosso Estado? Quando planeja vender a Copel, o governador Jaime Lerner deixa um vazio aos futuros governantes. O fato de querer solucionar um problema imediato, sem pensar no futuro, ou de colocar a venda como única solução para situações que poderiam e podem ser resolvidas com boa administração, vão deixar um legado negativo para os paranaenses. Afinal, mesmo tendo um modelo gerencial antigo, a Copel vem se mostrando capaz de preservar o seu espaço no mercado.

Para quem não sabe, somente neste ano, a Copel venceu três licitações contra empresas privatizadas nacionais e internacionais".

Quero, senhor presidente, senhores deputados, antes de passar ao segundo assunto, dizer de que acreditamos na palavra do governador Antony Garotinho, no seu partido, que o PSB somado ao PMDB, ao PT, a parte do PSDB e somado com o nosso, ou ainda mais, somado à quase totalidade da bancada do PSDB, que me acena o ilustre companheiro José Maria Ferreira e somado com o PPS, nas pessoas do Cezar Silvestri, nas pessoas do outro ilustre deputado que aqui garante, realmente, a condição de chegarmos à vitória a favor do povo do Paraná, teremos a somatória com o PDT e mais ainda com o PSB.

Mas quero, senhor presidente, que já foi falado muito, entrar na prática; a teoria que apresentamos, o resumo que nós recebemos da memória da reunião do dia 06 de agosto de 2001, aonde os participantes da memória da reunião do dia 6 de agosto de 2001, aonde os participantes das Federações, do Governo e da Secretaria da Educação, fizeram e está em nossas mãos um resumo, como não cumpriram com o governador Jaime Lerner nem o que ele assina, cumpre porque está assinado pela secretária da Educação, e aqui está a primeira assinatura dela e não sendo cumprido o acordo ali realizado, nós da bancada do PDT, conjuntamente com o ilustre deputado Eli Ghellere, requeremos envio de expediente ao senhor governador do Estado e à secretária da Educação o que se segue:

"Após ouvido o douto plenário, seja enviado ao governador e à secretária, quais as razões que fundamentaram a Resolução 150691, se houve conversações com as entidades interessadas, APAE's, escolas, pais, educadores. As razões do texto indicado sob o nº 3, da instrução normativa 01 BBE, anexo à Resolução 159601, que diz: O montante de recursos financeiros será pago de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira.

Quarto: pede ainda esclarecimento sob os seguintes pontos que a atual resolução revigorou com a referência à prática anterior.

Inciso 1º - cedência de professores especializados para atender alunos portadores de deficiência, de qualquer faixa etária.

Período integral, para atendimento aos alunos, cujo grau de comprometimento da deficiência assim exigisse.

Pagamento de gratificação especial de 50% para os professores especializados.

O termo "aditivo" para as escolas que tivessem aumento no número de matrículas.

Convênios novos.

Repasse de recursos até o dia 5, último dia do mês subsequente.

Indaga-se ainda, senhores, os maiores de 21 anos perdem o direito ao professor, a inviabilidade do atendimento integral, a significativa redução de número de professores?

Indaga-se ainda, acerca das informações da diferença do valor aluno/ano nas diversas escolas; existe algum cálculo? Se existe, quais os elementos que integram a base desse cálculo?

Quinto: Requer que a Resolução 15901 de 13 de julho de 2001, seja revogada e que a nova seja elaborada com a participação dos envolvidos e diretamente interessados.

Requer ainda - aí que vem a parte, senhor presidente, senhores deputados, da fundamentação do nosso requerimento, aonde a base técnica aqui descrita, mas aqui se encontra aquilo que eu quero que os presentes das galerias, testemunhem na hora da votação desse requerimento, o importante de todo ele, na base dos dispositivos regimentais e legais, a convocação da secretária de Estado da Educação, Alcyone Saliba, para que venha a este Plenário, explicar ao povo do Paraná, mormente às famílias portadoras de necessidades especiais, a política estadual para a área, e a seguir seja ouvido o presidente da Federação das APAE's do Paraná, nos dias 14 e 15 do corrente mês de agosto, durante a Sessão Plenária, tornando-a numa Sessão Pública para realmente esclarecer a posição da educação dos deficientes do Estado do Paraná, quando a mentira é estampada em nota oficial dos jornais, nas rádios e na televisão, mentindo sempre o governador Jaime Lerner.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O deputado Caíto Quintana registra a presença do ex-prefeito de Marmeleiro, Walmor Felipe, do vereador Irineu Ribelato e das lideranças do município de Marmeleiro, José Almeida, Oribilon Casuni, José Muniz, Jorge Albarello e Jorge M. Siqueira.

Sejam bem vindos.

Deputado Waldyr Pugliesy, no Pequeno Expediente.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu me inscrevi no Pequeno Expediente, mas falaria a respeito de um assunto que certamente trará uma grande discussão, porque vejo no jornal Estado de São Paulo, o Paraná colocado em último lugar. Em vigésimo sétimo, na arrecadação do ICMS nos últimos 6 meses.

Como o tempo no Pequeno Expediente, talvez seja pouco para a discussão desse assunto, e como o assunto mais importante hoje é a situação dramática por que passam as APAE's, estou pedindo a Vossa Excelência que conceda o meu horário ao deputado Nereu Moura que falará a respeito da situação das APAE's.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós cedemos e atendemos o vosso pedido. Se Vossa Excelência tivesse declinado, nós iríamos ceder o espaço para o deputado Durval Amaral, que havia pedido que se alguém declinasse, mas Vossa Excelência transfe-

riu o seu tempo para o deputado Nereu Moura, a Mesa prontamente acata.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O Paraná foi pego, não de surpresa, por essa atitude do governador Jaime Lerner, porque temos assistido ao longo desse governo, trapalhada em cima de trapalhada, atitudes mal intencionadas, um governo divorciado, distanciado dos sentimentos do povo do Paraná.

O governo que gasta mais recursos públicos, torra o dinheiro público de forma irresponsável, de forma criminosa, viajando: 40 viagens internacionais ao exterior; à custa do dinheiro público. Em publicidade 550 milhões de reais, gastos em publicidade para promover o governador Jaime lerner, somente no primeiro mandato.

Dinheiro torrado em todas as áreas para nomear aspones, assessores, compadres e comadres. Daí, tem que cortar, e aonde é que vai cortar? Da saúde, da educação, da agricultura, da manutenção das rodovias, criando o pedágio para roubar o povo do Paraná e da educação especial, na verdade o último flagelo determinado pelo governador Jaime Lerner.

Senhor presidente, imaginei que ele fosse incapaz de tomar essa atitude.

Por que falo Jaime Lerner?

Porque o povo do Paraná não elegeu Alcyone Saliba. O povo do Paraná votou para o governador Jaime Lerner. Ele é o culpado e o responsável por tudo que ocorre nesse desastrado governo que ele preside.

Então, não me refiro à senhora Alcyone Saliba; refiro-me ao chefe da manada.

Refiro-me àquele que o povo, lá no silêncio profundo da urna, foi eleger para ser o governador.

Jamais, imaginei que ele fosse capaz de atentar contra uma área tão significativa e especial como o ensino especial, no Estado do Paraná. Mas foi um engano.

Foi um engano, uma ingenuidade imaginar, que neste setor, nesta parte da educação, tão sensível, tão importante, merecedora de todo o carinho, de todo amor, de todo respeito, não imaginava que o governador com sua volúpia, com seu sentimento de falta de respeito, jamais fosse atentar contra esse setor importante da sociedade do Paraná.

Mas me enganei na semana passada as APAE's, o ensino especial do Paraná acordou de sobressalto, quando observou, quando recebeu este monstruoso decreto assinado por uma assessora do governador Jaime Lerner, praticamente extinguindo o ensino especial no nosso Estado, senhor presidente, liquidando, enterrando o ensino especial no Paraná. Matando, dando um golpe mortal nas APAE's e nas outras entidades, que oferecem um ensino de qualidade, de proteção, de amor, de carinho às crianças e às pessoas que sofrem deficiência no nosso Estado do Paraná.

O governador não teve piedade. Foi frio e calculista, bateu duro com o coração de pedra. Este governador irresponsável, que gasta o dinheiro público com viagens internacionais, com propaganda, com mazelas, que envolve o seu governo em corrupção, aí maltrata o povo do nosso Estado. Os professores estão aí há 6 anos e meio sem aumento, a polícia militar está aí, fazendo greve para reajustar seus salários, os funcionários públicos emprestando dinheiro para poder comer, atolados em dívidas bancárias, sofrendo, entregando a sua qualidade de vida. e o governo corta. Não oferece expectativa de melhoria ao servidor público.

Senhor presidente, o PMDB quando governou o Paraná se preocupou com a educação especial, quando esteve no governo do Estado desenvolveu ações para ajudar, incentivar e proteger a educação especial. Nós, do PMDB, quando tomamos consciência da Resolução 1596, do dia 13 de junho de 2001, fizemos um projeto de decreto legislativo para se revogar essa resolução, para permitir que a anterior, de autoria do ex-secretário Ramiro continue com a sua validade. A Resolução 2615/96, que era a antiga, disciplinava o ensino especial no Estado do Paraná.

Nós protocolamos na Assembléia Legislativa, assim como o deputado Caíto Quintana, este projeto de decreto legislativo, para que os interesses superiores do povo do Paraná, não sejam aviltados, não sejam roubados, não sejam estrangulados por um governo ineficiente, um irresponsável, um governo distanciado dos interesses da nossa comunidade.

E esperamos, assim como a Assembléia Legislativa fez quando o grupo Sonae, proprietário do Mercado-rama, proprietário de outros mercados aqui em Curitiba, tentou ultrajar a população do Paraná. A Assembléia Legislativa disse “não”, “Com o povo do Paraná não se brinca”, e nós aprovamos um decreto legislativo, suspendendo os benefícios para o Grupo Sonae. Assim também a Assembléia Legislativa do Paraná tem que dizer: “Com a educação especial não se brinca”. Temos que tratar a educação especial com respeito e vamos aprovar esse decreto legislativo, suspendendo a eficácia da resolução do governador Jaime Lerner, que joga por terra todas as conquistas da educação especial do Paraná.

Concedo aparte ao deputado Vanhoni.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni**

Eu gostaria de perguntar ao deputado Elio Rusch, se por uma deferência especial, pudesse acoplar o Horário do PT, porque eu gostaria de fazer uma pequena abordagem e eu falaria sentado aqui.

Pode ser?

#### **O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Diante desta situação, que não seja a regra.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni**

É que é o mesmo assunto.

#### **O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Que seja uma exceção, que não seja a regra.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni**

Deputado Nereu Moura, eu agradeço o aparte e não só eu e as pessoas que estão aqui hoje, compartilham comigo que uma certeza nós temos na vida. O homem e a mulher são capazes de transformar a vida e a sua realidade, e eu fiquei entristecido como V. Exa. e outras pessoas, e de certa maneira indignado com o que aconteceu na semana, passada, em função de um ato do governo do Estado do Paraná, e quero confessar que também fiquei profundamente alegre - digo isso porque nós, homens, somos capazes, muitas vezes, de alguns atos cometidos pela humanidade, de transformar uma humilhação em ato de dignidade.

O governo do Estado não fez uma atitude, como a secretária pensou, de apenas tratar de custos na educação do Paraná, porque é assim que a secretária da Educação vê a educação, apenas em função de custos. Quanto que podemos diminuir os custos para gerenciar o sistema e ela fala se cada aluno fosse apenas cliente! Cada aluno no Estado do Paraná é como se fosse cliente! Nós sabemos que a educação não é isso. A educação é, no meu modo de entender, tentar construir o futuro de cada um, tentar transformar cada um em mais pessoa do que já é, em mais humano do que já é. É esse o papel da educação na sociedade que temos.

Eu digo que conseguimos transformar humilhação em dignidade, porque o que esses homens e essas mulheres que estão na frente das entidades que cuidam da educação especial no Estado do Paraná inteiro e que são mais de 40 mil alunos que estão hoje nas APAE's, o que esses homens fizeram, foi um ato de transformar humilhação em dignidade, trazendo milhares de pessoas para essa caminhada na capital do Estado, alertando a sociedade paranaense pelos desatinos que o governo Lerner vem tomando à frente da educação, sobretudo, da educação especial.

Quero concordar com V. Exa., que não só o PT, mas os demais partidos devem fazer o empenho de que amanhã ou depois, nós aprovemos esse projeto de resolução, para que não fique mais uma mancha negra na História do Paraná e do governo Lerner, esta ferida de morte na educação especial.

Nós todos queremos que a sociedade possa cuidar da educação com princípios de solidariedade, de fraternidade e abnegação, porque o Estado nada mais é do que uma extensão nossa da sociedade, e se o Estado cumpre uma parte, a sociedade pode cumprir a outra:

No entanto, o que o governo faz é, na realidade, tentar cortar as mãos de milhares e milhares de professores e de entidades.

Mas não é só isso que o governo faz. Infelizmente, essa nota está assinada pelo governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Educação, que foi publicada no dia 03 de agosto de 2001. Não basta apenas ata-

car, diminuir direitos, impor humilhações, não respeitar entidades, não levar em conta o que milhares e milhares de pessoas têm de conhecimento acumulado sobre determinada área, como se apenas o detentor do poder tivesse a verdade única e absoluta a respeito do que é bom para a sociedade. Não é este mundo que queremos, não é esta democracia que queremos daqueles encastelados no poder, mesmo que sufragado pelo voto, sem consultar e sem ouvir ninguém da sociedade, imponha regras e imponha determinações para a sociedade. Não é esta a democracia que queremos. Pelo menos eu imagino assim.

Como se não bastasse isso, o poder do Estado tenta diminuir a consciência dos cidadãos.

Vejam só, deputado Nereu Moura: na nota da secretária da Educação diz o seguinte, entre outras coisas: "Agora, a destinação do recurso obedecerá a novos critérios técnicos e explícitos, objetivos e transparentes. Até hoje o valor anual por aluno, repassando de instituições, varia entre 366 reais a 3918". Vejam bem. Hoje varia entre 366 a 3900. Com a nova metodologia a redistribuição de recursos passará de 981, (então, estão subindo de 366 para 981), e chegará a 3865.

Ora, deputado Rusch, V. Exa. preside esta Casa e dá sustentação ao governo do Estado! Será que todas as entidades de APAE's, espalhadas por todas as cidades, lá na sua cidade de Marechal Cândido Rondon, será que não perceberam que tem alguma coisa errada, porque a secretária vai à imprensa e diz que vai dar mais dinheiro para as escolas que atendem os portadores de deficiência e será que ninguém não está enxergando que o governo vai dar mais dinheiro e estão, de uma forma meio irracional, meio destemperada brigando contra a secretária de Educação, Alcyone Saliba! Será que ninguém está enxergando? Não é assim!

Nós precisamos acabar com isso! A mentira não pode continuar governando a consciência e a mente das pessoas!

Parabéns a vocês, porque o trabalho que vocês estão fazendo para educar os nossos portadores de deficiência no Estado do Paraná, está ajudando aqueles que não têm deficiência nenhuma, a construir a sua dignidade e a sua cidadania no nosso Estado.

Estão de parabéns.

Obrigado pelo aparte.

#### O SR. NEREU MOURA

Eu gostaria de agradecer-lhe, parabenizá-lo pela maneira como interpretou a questão Pela Ordem do deputado Vanhoni, e para finalizar, quero dizer o seguinte: esse sentimento não deve ser de Partido "A" ou "B". Deve ser da Assembléia Legislativa. Todos vamos somar juntos para que possamos fazer prevalecer a vontade do povo do Paraná e no caso específico, a vontade das pessoas que mexem com o ensino especial no nosso Estado, essas pessoas abnegadas, pessoas que dedicam as suas vidas a esse setor tão importante da nossa educação.

Vamos juntos revogar a Resolução 1596 do Governo do Estado, para o bem da Educação Especial do Paraná.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedo a palavra ao deputado Augustinho Zucchi.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, na falta de termos nosso tempo específico no nosso Bloco Independente, gostaria de falar em nome dos deputados Tony Garcia, Cezar Silvestri, Renato Gaúcho, Pastor Edson, Marcos Isfer, todos os que fazem parte do Bloco, juntamente com o deputado Algaci Tulio, que está dando uma entrevista à imprensa, ao lado do Plenário.

Senhor presidente, nós também, mais ou menos na linha que falou o deputado Ângelo Vanhoni, com as APAE's o Governo realmente deixou a desejar. E por outro lado, nós vimos o seguinte: que as APAE's, no Paraná, não são um setor da sociedade, como foi falado. Porque setor é uma parte. E quem, sabe a APAE, num município, seja a única entidade consensual. Não há discussão sobre o trabalho da APAE. Quantos fazem o trabalho voluntário, independente de credo religioso, de convicção ideológica, independente até do que pensam com relação à Educação, de forma geral. Então, a APAE, não é um setor da sociedade. A APAE é um núcleo do trabalho filantrópico decente, honrado, e completamente desprovido de qualquer tendência.

Por isso, deputado Pessuti, não é um setor, é um trabalho consensual no município. A APAE, portanto, não é um setor, um segmento, não é nada. É algo que o governador, ao permitir que tivesse vigência esta famigerada resolução da Secretaria de Educação, tornou muito complicado o seu relacionamento, enquanto governador com a comunidade filantrópica do Paraná, na sua mais estrita concepção, que é o trabalho com relação às APAE's.

Portanto, nós também, deputado Elio Rusch, não sabendo de outros projetos que estavam sendo encaminhados à Mesa, também tomamos a liberdade, enquanto Bloco Independente aqui na Casa, de encaminhar um projeto propondo a revogação desta resolução, que fez com que, deputado Vanhoni, milhares de pessoas viessem até aqui. Olha, com certeza absoluta é uma das manifestações mais bonitas que o Poder Público pôde vivenciar. Porque até que seja a questão da Copel, que nós somos contra, deputado Pessuti, e que muita gente se mobilizou para vir aqui expor sua opinião, até que seja a concepção ideológica de Governo ou a concepção prática, mesmo, de gente que não concorda com a forma como o governador Jaime Lerner conduz o Estado, tudo bem! Pode até o governo dizer que foi um movimento que não teve duas mil pessoas, como foi o movimento da Copel.

Agora, deputado Carlos Simões, Vossa Excelência que faz um trabalho social juntamente com a sua atividade parlamentar: é insustentável! É insustentável a situação em que o governo colocou esta Resolução! E nem se discute o que tem na Resolução; o que se discute é uma coisa só. Se não é da concordância daqueles que fazem o trabalho profissional, junto à Educação Especial do Paraná, muito menos se é da concordância daqueles que fazem um trabalho voluntário em favor das APAE's do Paraná, então não vale nada, porque o governo está aí para servir - para ser orientado pela população; e não o contrário! O governo existe para responder pelos anseios do povo; e não o contrário! Não é uma atitude do governo, deputado Algaci Tulio, que deve prevalecer sobre a vontade da população; é o contrário!

Então, procede aquilo que o deputado Ângelo Vanhoni falou: como é que vai justificar um projeto de resolução que conseguiu trazer, em Curitiba, deputado Nelson Tureck, milhares de pessoas, alguns sem poder ouvir, outros sem poder ver, outros sem poder falar, outros sem poder caminhar, vieram aqui para dizer que não concordam com aquilo que foi estabelecido. Acho que de forma rápida pode se resolver isto, não precisa nem aprovar o nosso projeto de resolução. Não precisa nem isto, é só o governador escutar uma voz que não recebe para trabalhar para o povo que precisa neste Estado, que precisa de todos nós, que é a Educação Especial, é só ouvir, passar a caneta, revogar, escutar o povo e estamos acertados, e não precisam as APAE's, ao invés de trabalharem lá, virem aqui em Curitiba pedir pelo amor de Deus ouvir o que eles estão falando!

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O horário do Grande Expediente foi cedido para a Consultoria Jurídica da Federação das APAE's do Estado do Paraná e também da Federação Brasileira das Instituições para Excepcionais, a senhora Angelina Carmela Romão Mattar Matiskei, para usar a tribuna pelo período de trinta minutos.

#### A SRA. ANGELINA CARMELA ROMÃO MATISKEI

Exmo. deputado Elio Rusch, hoje, presidente desta Casa de Leis, demais deputados, pessoas portadoras de deficiência, profissionais da área da educação especial, pais, senhoras e senhores. Com alegria, emocionada, acompanho a Sessão Plenária de hoje. Em nome das Federações das APAE's do Estado do Paraná e da FPIPEX, vimos fazer um apelo a esta Casa de Leis, um apelo apartidário, um apelo como povo, como comunidade organizada do Estado do Paraná.

Não é possível que uma luta de tantos anos se perca da forma como está se perdendo! Não é possível que 40 mil pessoas que atuam e que defendem, e que os portadores de deficiência e suas famílias estejamos todos equivocados e não saibamos fazer as contas! Não é possível que possamos compactuar sem reação, de uma ação

que pretende tirar os nossos maiores de vinte e um anos do banco escolar, da sala de aula!

Senhores deputados, o Paraná não é esta beleza em educação especial, não é, mas já foi referência nacional. Hoje, em mais de 99 municípios do Paraná, os nossos portadores de deficiência mental, visual, físico-motora, estão sem nenhum tipo de atendimento, as crianças estão em suas casas porque não existe atendimento especializado oferecido e assegurado pela nossa Constituição Federal, e, ainda assim, se pretende tirar aqueles maiores de vinte e um anos que ainda estão podendo receber algum tipo de instrução!

Se os senhores não ajudarem a revogar esta resolução, estarão condenando em 99 municípios aqueles portadores de deficiência que não tiveram sequer um dia de acesso à educação, que estão sem nenhum tipo de atendimento, porque a escola quando lá chegar, aqueles que tiverem mais de 21 anos já não poderão receber escolaridade! É um momento importante da história da educação especial do Estado do Paraná.

Desculpem. Nós que atuamos na área, não podemos deixar de nos emocionar. Há anos fazemos trabalho voluntário, estivemos durante anos na Secretaria de Estado da Educação do Paraná, na própria educação especial, e nunca vimos uma barbárie dessa natureza!

Senhores deputados, não é pessoal, não é partidário, é uma questão de direito; é uma questão de não endossarmos um ato discriminatório.

Toda pessoa com mais de vinte e um anos pode ir para Universidade, pode fazer um curso supletivo, pode se matricular em um curso de terceira idade, já o portador de deficiência não pode mais ter professor, porque ele fez mais de vinte e um anos! Onde está escrito isso?

Não está na LDB, senhores, asseguro! Não está na Constituição Federal, também asseguro! E lhes digo mais, disseram que estava no Estatuto da Criança e do Adolescente, também lá nenhuma passagem, nenhum artigo, nenhum inciso diz que a partir dos vinte e um anos a educação não deve ser mais ofertada.

Então, esse é o momento, em que pedimos a esta Casa de Leis, que juntos ultrapassemos qualquer questão partidária, pessoal. É uma questão, nós entendemos, de coragem moral, no sentido de que nós não podemos endossar um ato que vai deixar o Paraná com esta marca tão difícil de se apagar! São muitos anos! São trinta e seis mil portadores de deficiência envolvidos! São famílias inteiras, que se não tiverem os seus filhos atendidos em uma instituição, não podem sair para trabalhar, porque não têm com quem deixá-los!

Então, mesmo que nós ultrapassássemos questões pontuais como a educação, é responsabilidade do governo, é povo. Não podemos permitir que este ato termine na passeata de sexta-feira e graças a Deus não terminou, quando vimos hoje, com alegria, a reação desta Casa de Leis!

Quero dizer que o Paraná está mobilizado. Nós, pessoas que nunca tivemos participação, subimos em

carro de som, saímos às ruas e vamos tornar a fazer isso, enquanto for necessário, até que se tenha assegurado o direito dos nossos portadores de deficiência.

Existem aspectos que podem ser relevados, outros podem ser postergados, mas quando falamos em saúde e educação, em infringir direitos humanos; e nós somos todos entidades voltadas ao respeito e ao cultivo dos direitos humanos, as APAE's são reconhecidas pela ONU, como a maior entidade filantrópica do mundo! Não é possível que na nossa Casa, no nosso Estado, no local onde trabalhamos e vivemos, possamos concordar com esse tipo de tratamento!

Quero, não posso me alongar, mas quero lhes dizer, que temos sido sistematicamente vítimas de uma ação, que se não for difamatória, ao menos tem por objetivo colocar o povo do Paraná em dúvida.

Digo para os senhores, que quando os jornais publicaram um esclarecimento do governo do Estado à população do Paraná, o fizeram de forma a dar a impressão de que se havia erro, ou problemas na educação especial, ele se devia às entidades. E eu pergunto: o convênio assinado com as entidades, gerenciado pelo Poder Público, é ele quem estabelece as normas, ou somos nós que liberamos os recursos?

Quando a secretária da Educação se refere à disparidade do tratamento recebido por esta ou aquela instituição, pergunto aos senhores: quem entende de educação? Quem entende de educação especial, sabe que quando temos uma deficiência mental leve, podemos ter uma turma de até dez alunos por professor; mas quando temos uma múltipla deficiência, quando temos um aluno surdo, cego, precisamos de dois, três professores para cada grupo. Daí a diferença no valor, senhores!

Se confrontarmos - e nós estamos abertos para pegar a nossa matemática e a matemática da Secretaria da Educação - vamos então colocar na mesa, e ver onde está o erro. Quem está errando?

O poder de fiscalização desses convênios não é nosso! É do Governo!

Então, isso aqui, no mínimo, é um grande equívoco, e isto está a confundir o povo do Paraná.

Desejamos sinceramente, o apoio de todos vocês.

Desejamos, porque falamos de Direitos Humanos. Que possamos, neste momento, ultrapassar qualquer questão pontual ou pessoal. Imaginar que o Estado foi feito, e a concepção do Estado é de servir o povo, e não o contrário.

Todas as vezes que invadimos o direito de alguém, sobretudo daquele mais fraco, daquele que não tem condição de lutar pelos seus direitos, nós como comunidade organizada, entidade filantrópica, de utilidade pública, beneficente, sem finalidade lucrativa, estamos apelando e pedindo apoio desta Casa de Leis.

E digo, senhores, continuamos mobilizados, até que tenhamos retomado aquele mínimo que temos postulado. Nós queremos a revogação imediata desta resolução!

Queremos que o convênio em vigor, que na calada das férias foi desfeito por um ato autoritário da secretária, volte a vigorar.

Queremos o asseguramento do que foi pactuado e está em vigor até o final de dezembro de 2002.

Nós queremos progredir, sim!

Temos que mudar, sim!

Podemos e devemos fazer nova resolução.

Mas tem que ser uma resolução democrática.

Quando mais de 40 mil dizem que está errado, e são as pessoas que atuam na área, que entendem da área, que há 15, 20, 30 anos estão nela, no mínimo alguma coisa errada, muito errada, tem esta história.

Agradeço, fico à disposição dos senhores. Insisto que precisamos, com urgência, revogar esta resolução, porque os efeitos dela, são efeitos que nenhum de nós - que acredita que podemos construir um Brasil melhor, que podemos ter um Paraná melhor, - quer ver acontecer no nosso Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Consultamos a nossa assessora, se ela se dispõe a responder algumas perguntas formuladas pelos senhores deputados?

**A SRA. ANGELINA CARMELA MATISKEI**

Fico absolutamente à disposição.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

O senhor Luiz Carlos Alborghetti.

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

Nesse decreto, por gentileza, me oriente, não sou sábio, não é porque sou deputado que sou dono da verdade, não entendo, não sou melhor do que ninguém.

Mas, por exemplo, o jovem de 21 anos de idade: Por que a secretária não quer que ele curse mais a APAE?

**A SRA. ANGELINA CARMELA MATISKEI**

Veja, nós, sinceramente, deputado, buscamos saber qual foi o critério que a secretária utilizou para chegar à conclusão que o portador de deficiência a partir de 21 anos não precisaria mais de atendimento pedagógico. Bastaria a ele só um instrutor, sem nenhuma qualificação educacional.

Nós não conseguimos encontrar em nenhuma legislação, e muito menos no conteúdo programático da educação especial, nada que justifique essa decisão.

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

Esse instrutor, nesse decreto, nessa resolução, que seja o que for, está preparado para continuar a educação de um jovem de 21 anos?

**A SRA. ANGELINA CARMELA MATISKEI**

Absolutamente não! E digo mais, esse instrutor vai ganhar um salário mínimo.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Cento e poucos reais?

A SRA. ANGELINA CARMELA MATISKEI

Exato. Esse instrutor, além...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Para fazer o quê?

A SRA. ANGELINA CARMELA MATISKEI

Ele deve, na verdade, auxiliar na questão da profissionalização. Mas como fazer isso sem um professor? Como, se o nosso professor precisa, além da sua formação, de especialização na área de deficiência mental, ou visual, ou física, ou auditiva? Como é que um instrutor, e com todo o respeito, ganhando um salário mínimo, sem uma formação adequada, vai conseguir instruir esse nosso portador de deficiência?

Quando eu falo em portador, não falo do deficiente mental leve, não falo só da criança cega; falo da criança surda e cega, falo do paralisado cerebral.

Senhores, quem conhece a educação especial, não tem nenhuma dúvida de que isto é inaplicável. Então, nós não conhecemos o critério. Em uma entrevista, parece-me que foi dito que teriam sido estudos da Secretaria, estudos que toda a nossa área, aqui representada, com pessoas que há trinta e oito, há quarenta anos na área da educação, não conseguem entender que critério é esse, mas juridicamente digo ao senhor, o critério é discriminatório.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Por quê?

A SRA. ANGELINA CARMELA MATISKEI

Por quê! Quando nós dizemos que todo mundo deve se alfabetizar, deve se educar, que todos tenham acesso à escola, a Secretaria de Educação do Paraná diz que o portador de deficiência, a partir dos vinte e um anos, não tem mais direito a receber escolaridade. O que é isso, deputado? É discriminação!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Então a senhora acha que além do instrutor, a senhora concordaria com o instrutor, mas com o acompanhamento de um professor especializado na área...

A SRA. ANGELINA CARMELA MATISKEI

Sem dúvida! O que poderia e se deve fazer, é fazer grupos maiores na profissionalização, porque daí se entende que o portador já ultrapassou aquelas barreiras iniciais, mas ele não pode prescindir do professor. Uma pessoa, mesmo com boa vontade, sem formação adequada, não tem condições de passar conteúdo e orientar o portador de deficiência. Não há condições de se manter esse nível de proibição.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Alborghetti, a pergunta que tem que se fazer é a seguinte: por que um aluno portador de deficiência, seja qual for, tem direito a um professor especializado até vinte anos e dez meses, e a partir de vinte e um não tem mais direito? É isso que se tem que perguntar a secretária. Por que o critério cronológico de idade faz alguma diferença do ponto de vista do tratamento do Estado para os portadores de deficiência? Não é pergunta às APAE's! Por que é que com vinte anos e dez meses tem direito, e por que é que quando completar vinte e um não tem?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Está certo. Mas, eu não fiz a pergunta a ela, estou perguntando o que a secretária está mudando nessa resolução.

Olha minha senhora, eu, com todo o respeito, vou analisar e como sou independente nas minhas atitudes, neste parlamento, se na realidade for isso, voto com a senhora.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Doutora Angelina, antes de mais nada agradeço a sua presença hoje aqui, uma vez que fizemos contato para que a senhora viesse a esta Casa, justamente por causa da dúvida que o governo tentou fazer pairar em diversos segmentos.

Como disse a senhora, a publicação que o governo fez através dos meios de comunicação, deixou algumas dúvidas. Houve quem questionasse isso. Como nós já tínhamos conversado e temos o entendimento de que, realmente a idade cronológica é um absurdo nessa situação, temos reivindicações de professores para cegos que também estão sendo tirados de escolas especiais e tentando colocar na escola normal, como se isto pudesse ser a solução, e em alguns casos talvez até possa, mas na grande maioria, me parece ser muito difícil que isto venha ocorrer.

Então agradeço a sua presença, coloco claramente que a idade cronológica no caso do portador de deficiência, não é parâmetro nenhum. Muitas vezes vemos pessoas portadoras de deficiências com bastante idade, mas com uma idade cronológica de três ou quatro anos, exatamente.

Então, parece-me um absurdo, sob todos os aspectos. É muito importante, como a senhora fez essa colocação, para que possamos, e tenho a certeza de que teremos o apoio da grande maioria dos deputados desta Assembleia, para revogarmos esse decreto. E tenho certeza que esta Casa estará sempre aberta para ouvir as APAE's, para ouvir, enfim, todas as instituições que representam os portadores de deficiência, que me parece será através desse diálogo, através desta Casa que poderemos efetivamente construir uma educação melhor no nosso Paraná.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)**

Eu gostaria de pedir, com a permissão da senhora, que nós abreviássemos aqui.

Olha, o Plenário é soberano, temos aqui um grande número de deputados. Vamos participar da prática da coisa.

Eu gostaria que Vossa Excelência garantisse, senhor presidente, a votação desse decreto legislativo que aí está, proposto por vários deputados, como disse a senhora aqui, não tem cor partidária, acho que nós poderíamos dar uma resposta concreta a vocês que estão aqui presentes. Vamos colocar para votar isso amanhã.

Gostaria que Vossa Excelência garantisse e coloque essa proposta, que consulte o Plenário, para que seja colocado em votação o decreto legislativo proposto na Mesa, amanhã em pauta. Desta forma nós podemos responder com praticidade ao pedido das APAE's do Paraná. É a maneira mais fácil para ajudarmos vocês.

Muito obrigado!

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar a senhora e todas as APAE's do Paraná pela forma e pela postura, - e falo isso na condição de líder do Governo - com que vocês conduziram até o presente momento essa questão. Um movimento legítimo, um movimento sério, apartidário, sem envolvimento de partidos políticos, porque o interesse maior é a preservação dos interesses dos nossos irmãos portadores de deficiência. Em nenhum momento vocês deixaram, por mais oportunista que pudesse querer ser a posição de uns e outros, em nenhum momento vocês deixaram que qualquer cidadão tirasse proveito partidário dessa situação.

Cabe aqui ressaltar sempre o nome dessa figura maravilhosa que todos nós admiramos, que é o deputado federal Flávio Arns, que tem uma luta e uma identidade histórica com as APAE's do Paraná. Vocês estão de parabéns!

Quero dizer que, por mais que as nossas diferenças aqui nesta Casa, partidárias e ideológicas existam, nós brigamos no campo político a todo momento. Mas vamos tratar de diferenciar o que no meu entendimento é um equívoco de burocrata e tecnocrata que não pode prosperar.

Então, não preciso, nem eu e nem os deputados da base do Governo, e tenho certeza também os deputados que são Oposição, tentar tirar proveito partidário de uma questão que só nos entusiasma cada vez mais a termos solidariedade com os portadores de deficiência do Estado do Paraná. Temos diferenças partidárias, sim, mas nesta democracia, por mais que elas existam, nós não perdemos nunca e nunca perderemos a capacidade de nos indignarmos com aquelas medidas burocratas, tecnocratas que vão contrariamente aos interesses cristãos de todos nós, independentemente da religião de cada um.

Então, vejam só, não se trata aqui de quem tem razão, porque todos nós sabemos que os técnicos e os

burocratas estão errados. Desde a quinta-feira, quando tomamos conhecimento dessa posição, na sexta-feira os deputados conversaram comigo, independentemente de serem deputados de Situação ou de Oposição, todos nós ficamos indignados com essa posição. E desde aquele momento tenho trabalhado junto ao governo para que essa medida seja revogada. E dizia mais, quando vocês lá estavam na sexta-feira, de que a suspensão deveria se dar de maneira imediata.

Hoje pela manhã tivemos uma reunião com a secretária Alcyone Saliba; fui duro com ela, disse-lhe que se suspendesse imediatamente esta resolução e que se não houvesse entendimento com as APAE's do Paraná, que se revogue a resolução, por maiores que sejam os motivos que a levaram a tomar estas medidas, por mais que recursos pudessem vir a ser repassados para as APAE's do Paraná que não estão interessadas, neste momento, em qualquer avanço que não sejam aqueles que vocês desejam.

Então, esta é a minha posição, é a posição da Liderança do Governo, dos deputados do Governo, é a posição da Assembleia Legislativa do Paraná; então, tem o nosso apoio incondicional. Não precisamos aqui partidizar mais. Estamos aprovando um requerimento que não quero que seja um requerimento meu, mas de toda a Casa, suspendendo esta medida, e se não houver entendimento ao final desta semana, - hoje vocês estiveram reunidos, os doze itens discordantes parece que cinco já foram entendidos, dois são questões jurídicas e cinco outros a secretária ficou de analisar, mas que quero dizer aqui, se não houver entendimento em todos os itens que vocês concordem, nós seremos os primeiros a irmos ao governo porque não se trata de uma questão política, mas uma questão de solidariedade aos nossos irmãos portadores de deficiência.

Então, a senhora fique tranqüila. Aqui nenhum de nós quer tirar dividendos eleitorais desta questão que é de solidariedade humana, de cristianismo, de necessidade de sermos fraternais com aqueles irmãos mais necessitados.

Então, esta é a minha posição, acho que é a de todos os deputados desta Casa. Então, sem oportunismo, vamos com tranqüilidade senhor presidente, apoiar intransigentemente, incondicionalmente esta movimentação de vocês, e se houver dúvidas nós não ficaremos nesta questão com a secretária Alcyone, não. Nós ficaremos com os nossos irmãos portadores de deficiência no nosso Estado do Paraná.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, não pode caber aos deputados que levantaram esta questão e que naturalmente é um assunto de interesse do Paraná, um puxão de orelha por parte do líder do Governo. Não é uma questão de oportunismo...

**(Discussões Paralelas)**

... um parlamentar, quando eleito, tem que representar o seu povo. Não pode ser tratado como oportunista



quando ele se emana ao lado de uma causa, e sobretudo, uma causa justa como esta.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)**

Primeiramente, cumprimentando a explanação de sua pessoa e também nos referindo ao que o ilustre líder do governo, deputado Durval Amaral se pronunciou. Eu acredito que o papel da Oposição, como alguns de nós falam com a pessoa de Durval Amaral, ele sentiu realmente que nós, não em todas, mas na maioria das vezes temos o reclamo da população, seja neste caso ou em vários outros casos do Paraná. Sempre o deputado Durval Amaral está aberto. Ele ouve, analisa e julga e às vezes julga contra nós e contra o povo do Paraná, mas a favor do governo.

Hoje eu quero cumprimentá-lo porque ele está a favor do povo do Paraná, a favor da APAE e junto conosco.

Então, parabéns, deputado!

Eu queria tão somente, no Diário da Assembléia, no dia 26 de junho de 2001, quando um dos vossos representantes aqui esteve, tem um testemunho transcrito nos Anais desta Casa que eu quero que seja inserido no dia de hoje, senhor presidente, e diz o seguinte:

“Um pai de um portador de deficiência uma vez estava refletindo: Se toda a criação de Deus, se tudo aqui que Deus criou é perfeito, onde está a perfeição do meu filho? O meu filho não fala, não anda direito, o meu filho não tem namorada, o meu filho não vai se casar, não vai constituir uma família. Aonde está a perfeição de Deus, na criação do meu filho? E esse pai descobriu, quando passeava com o menino, por uma praça. Tinha uma turminha que jogava futebol, que chamou o menino, apesar da deficiência dele, para jogar futebol. Ele descobriu que a perfeição de Deus, no seu filho, estava nos olhos de quem o via. A perfeição de Deus, no meu filho Gustavo - como dizia esse pai -, naquela oportunidade está em todos os mais de 35.000 portadores de deficiência, atendidos nas nossas escolas especial. Está nos olhos dos senhores - referia-se a nós, deputados -, nos olhos da secretária Alcyone Saliba, que parece estar igual à venda da Copel, no apagão: não enxerga.

E é em nome dessa perfeição, que não encontro no meu filho, mas encontro nos senhores - referindo-se a nós, deputados - e em toda a sociedade do Paraná e que peço socorro. Socorro, para a educação especial do meu Estado.”

Eu queria dizer tão somente que esse pai, mesmo ausente, convenceu não só o líder, mas acredito que toda a bancada do governo a votar contra o decreto da secretaria da Educação.

Obrigado.

**(Aplausos)**

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Pela ordem, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

O tempo já expirou, mas temos ainda inscrito o deputado Divanir Braz Palma, no qual vamos considerar.

Pela ordem, o deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, ouvi a manifestação do líder do Governo e compreendo a insurgência do deputado Neivo Beraldin. Estava esperando aqui, senhor presidente, a oportunidade, para que em meu nome, pelo menos do PMDB, da Oposição, talvez, fazer uma manifestação.

Quem é que praticou os atos, que são nocivos a todos os portadores de deficiência, que se levantaram, através de suas lideranças? Foi o governo!

Faço uma pergunta ao líder do Governo e a todos vocês: se nós, deputados, no caso eu, do PMDB, e os outros, dos vários partidos, não tivéssemos repercutido aquilo que estava acontecendo, o que é que estaria acontecendo, hoje, aqui na Assembléia? E se vocês, como acontece muitas vezes de outras lideranças no País, que não tomam posição - se vocês não se levantassem e se nós não repercutíssemos aquilo que vocês têm em mente - o que nós teríamos de concreto? As determinações desse governo, que se afasta de todo mundo, para governar. É um governo flagrantemente minoria, em todo o Estado do Paraná.

Não estamos, não, senhor líder do governo, partidizando coisa nenhuma. estamos partidariamente repercutindo aquilo que vai na alma e no coração de todos aqueles que prestam esse serviço à Nação.

Quero deixar bem claro, o seguinte: o oportunismo - se Vossa Excelência assim o quis rotular, aquilo que nós todos estamos fazendo - deputado, foi seu governo que praticou esses atos, que provocou toda essa questão no Estado do Paraná. Não fomos nós. Desde a primeira hora, nós nos levantamos contra aquilo que o governo Jaime Lerner quis impor a todos nós.

Então, fique bem clara aqui a nossa posição: não estamos fazendo partidarização, não, estamos no desempenho dos nossos mandatos dando consequência à vontade que ficou, de maneira muito clara, cristalina, exposta por todos vocês que fizeram essa manifestação maravilhosa, que talvez assim, partidariamente vai fazer esses que muitas vezes não têm, como nesse caso não tiveram até então, e no caso da Copel, a sensibilidade necessária para ouvir o clamor popular.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Eu queria senhor presidente, senhores deputados, na realidade fazer um apelo ao Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Na minha opinião, não se trata esta discussão hoje, aqui entre Oposição e Governo do Estado do Paraná. Em que pese que eu possa não ter gostado de afirmações do líder do Governo, assim como ele pode não ter gostado de afirmações e alegações sobre outros assuntos da bancada de Oposição, acho que o centro dessa nossa discussão, que nós não podemos fugir dele, é o que a senhora

Angelina falou: a causa que nos une é uma causa humanitária, é uma causa que está acima, e o que me basta enquanto deputado de Oposição, e não relevo qualquer observação feita pelo deputado Durval Amaral, mas o que o engrandece, é a posição firmada de que a bancada do Governo vai estar junto conosco para impedir que isto que está acontecendo com a educação especial possa acontecer; se a bancada de Situação está conosco para corrigir um curso do Governo, que ótimo! Que bom! Eu acho que nenhum de nós tem que se vangloriar sobre isso; quem tem que se vangloriar são aqueles que estão encarregados da educação especial, de que o Estado do Paraná vai correr um curso de acordo com aquilo que é necessário.

Então, eu peço aos deputados, que a gente conduza a discussão com esse sentido. O que importa aqui não é a Situação e Oposição, é o Poder Legislativo do Estado do Paraná fazendo uma correção de curso.

#### O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, nobres pares, senhoras e senhores presentes, diretores da APAE de todo o Paraná, eu não tenho procuração para defender o nosso líder, Durval Amaral, mas a colocação que nós queremos fazer aqui para o bem do registro da história, é de que esta resolução, nós tomamos conhecimento dona Angelina, na última quinta-feira, estávamos no Palácio, na sala do secretário da Casa Civil, Alcení Guerra. Estávamos juntamente com o Durval Amaral. E a primeira reação nossa foi esta reação dominante aqui, uma reação de repulsa, uma expectativa de uma traição sofrida por esta Casa, porque esta resolução foi baixada no dia 13 de julho, e nós estávamos em recesso; nós não tivemos oportunidade de olhar, de examinar, de saber da extensão, das consequências dessa malfadada resolução.

Então, queremos só para que se faça justiça a esta Casa, de que nenhum deputado tomou conhecimento antecipado, adredemente, das consequências dessa resolução.

Queremos dizer aos senhores que todos nós, como disse o deputado Durval Amaral, não estamos partidariando nada; nós queremos que em primeiro lugar fale o coração, porque só trabalha na APAE que, acima de tudo, está ao lado de Deus e do amor, e dinheiro é coisa secundária na APAE, quem a conhece sabe disso; quem está lá, não está para ganhar dinheiro, mesmo os profissionais que lá trabalham, porque dinheiro está em segundo plano.

O nosso respeito pelo seu trabalho, das 350 APAE's do Paraná e as 36 mil crianças assistidas, e dizer que essa resolução com certeza não vai ter efeito e que nós deixamos registrado aqui, que estamos agindo assim não por ação, por reação de quem quer que seja, de bancada de Oposição, não, mas sim, estamos tomando posição tranquila e serena porque somos deputados do Paraná, eleitos pelo povo, estamos no cargo não por condições técnicas, mas por delegação de voto, por procuração, e a nossa secretária Alcyone Saliba, hoje, como

nosso líder falou, foi duramente chamada sua atenção, porque lhe faltou atenção que deveria dar aos deputados, porque, se ela fez assim, sem nos atender, nós também não atenderemos sua resolução.

Muito obrigado

#### O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Quero só enaltecer a posição de lucidez do deputado Ângelo Vanhoni e dizer que a preocupação que teve todo o movimento, toda a direção das APAE's do Paraná quando não permitiu a partidarização do movimento, torna-se mais do que lógica e mais do que evidente.

Infelizmente na Casa, isso não deveria ser natural, mas se algum é a favor outros, têm que ser contra. Essa particularização nós também entendemos, que nesse caso no movimento das APAE's, não tem cabimento.

Respeito a posição do nosso grande e ilustre companheiro líder das Oposições, deputado Waldyr Pugliesi, mas essa bandeira não tem dono. O dono dela são as APAE's, são os nossos portadores de deficiência e, nós daremos apoio incondicional. Tenha convicção, dos clamores de um parlamentar ou do outro; quando tomamos conhecimento disso, mesmo no silêncio, estávamos trabalhando na quinta e na sexta-feira, pela revogação e pela suspensão dessa medida. Não somente eu, mas muitos outros deputados da Situação e da Oposição.

Tenho certeza que nessas causas maiores todos nós temos que ser solidários e estaremos juntos.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós concedemos mais uns minutos para a senhora para que possa concluir o seu pronunciamento.

#### A SRA. ANGELINA CARMELA MATISKEI

Só quero fazer uma retificação para os senhores: nós falamos em APAE's e todos nós conhecemos as APAE's. Na verdade, existem duas federações no Paraná, uma é das APAE's, que congrega 300 municípios, a outra é a FEBIEX que congrega outros tantos municípios e são instituições que nós chamamos co-irmãs.

Então, a gente muitas vezes diz APAE's, mas que vocês saibam que o nosso movimento é um movimento de união das APAE's e de todas as entidades co-irmãs que atendem a pessoa portadora de deficiência. Por exemplo, aqui em Curitiba nós temos a Mercedes Streser, a Fundação Ecumênica e tantas outras que não são APAE's, mas que são co-irmãs.

A nossa luta é uma luta de todos.

Quero agradecer, sensibilizada, em nome do movimento, a acolhida que tivemos nesta Casa.

O que nós vimos hoje, só faz nos acreditar e renovar a fé que temos na pessoa humana. Quando digo que a nossa luta é partidária e quando digo que nós temos que ter a coragem, moral de não aceitar um ato lesivo e de lutar por aquilo que nós acreditamos, quando buscamos o Poder Legislativo na sua mais alta expressão e temos a acolhida que tivemos aqui, no sentimos tranquilos e for-

talecidos para continuar a nossa luta. Qualquer diferença que possa acontecer não é maior que a vontade que os senhores deputados, de todos partidos, demonstraram nesta Casa.

O nosso respeito por todos vocês e a certeza de que vamos fazer cada vez mais, para continuar a merecer essa confiança que sentimos hoje, de vocês.

Muito obrigada.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Quero agradecer a presença da senhora Angelina Carmela, que está representando as APAE's tanto no Estado, como também da Federação Brasileira, pela exposição que fez nesta Sessão de hoje.

Esta Casa sempre esteve com as suas portas abertas, abrindo espaço das suas Sessões, para que a sociedade organizada do Estado do Paraná pudesse debater essas causas com os seus legítimos representantes que são os deputados.

As APAE's tem feito um grande trabalho no Estado do Paraná e os deputados como foi dito por ambos, tanto da Situação como da Oposição tem manifestado a sua solidariedade em relação ao trabalho das APAE's. Sabemos que as APAE's têm diversas reivindicações encaminhadas junto ao Governo do Estado, e algumas estão sendo contempladas; em outros, existem ainda conflitos. E nós temos certeza, essa reunião permanente que existe desde a semana passada, que se estendeu na manhã de hoje e continua no dia de amanhã, esperamos que possamos encontrar um denominador, que possa realmente encontrar os anseios, desejos das APAE's que é por necessidade.

E, da mesma forma, a Casa sempre se coloca à disposição, como muito bem foi frisado por todas as Lideranças.

Obrigado pela presença de todos vocês.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, solicitei pela ordem anteriormente e fiz uma proposta. Aí o deputado líder do Governo, Durval Amaral, colocou da intenção dos deputados, que comungarem da mesma posição das APAE's do Paraná. Pelo que eu entendi tem negociações em curso, mas o que interessa é a revogação da resolução.

Gostaria de colocar para Vossa Excelência e para que todos fiquem sabendo, porque uma vez, saiu o pessoal daqui porque havia um plano de cargos, carreiras e salários; eu disse da tribuna, foi marcado para o dia 23 e esse dia 23 fez aniversário.

O requerimento que o deputado líder do Governo vai apresentar, que eu acho importante, como disse o deputado Vanhoni, nós temos que pegar o essencial. E não estamos partidarizando nada. Até porque várias APAE's agradeceram no dia, aos deputados Miltinho Pupio, Divanir e vários outros pelo trabalho que têm ajudado nas APAE's. Ninguém falou mal de deputado nenhum, em lugar nenhum. As APAE's não partidariza-

ram nada. Mas o que é essencial? O essencial é a revogação da resolução. Pois bem, como se revoga? Ou o Governo revoga, ou a Assembléia tem que revogar; requerimento não revoga.

A minha Questão de Ordem é a seguinte: se o Governo está estudando se vai revogar ou não vai revogar. Ótimo, tomara que revogue até amanhã, assim acaba a discussão, fica tudo certo. Não revogando, o que eu gostaria, senhor presidente e que o senhor consultasse o Plenário, que é soberano para colocar 3 ou 4 projetos, decretos legislativos, deputado Divanir nós abrimos mão de autoria. Sem autor. Todos nós somos autores deste decreto legislativo. Se o governador não revogar até quarta-feira, nós revogaremos. É esta a questão de ordem que coloco para que Vossa Excelência consulte o Plenário.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Augustinho Zucchi, passamos a responder a sua questão de ordem. Existe um pleito das APAE's junto ao Governo do Estado. A grande maioria dos senhores deputados ficaram sabendo desta resolução e dessas medidas que a Secretaria da Educação está tomando em relação às APAE's, nesse final de semana.

Existe uma reunião e está praticamente como permanente - que aconteceu na semana passada - na manhã de hoje. E, dos itens que ainda estavam conflitando nos interesses da APAE em relação ao Governo, alguns foram solucionados imediatamente. Os outros, que ainda ficaram na pendência, seriam discutidos e avaliados tecnicamente na Secretaria da Educação. Nós participamos na manhã de hoje de uma dessas reuniões.

E, com o requerimento que o líder do Governo, deputado Durval Amaral apresenta aqui na Assembléia, pede a suspensão da aplicação dessa resolução pelo prazo de 5 dias, que seria durante esta semana toda. Se durante a semana, deputado Augustinho Zucchi, nós não encontramos os mecanismos ou não venhamos a encontrar os anseios, aquilo que as APAE's desejam numa negociação que está sendo entabulada entre a Federação Paranaense, junto ao Governo do Estado, aí nós podemos, amanhã ou depois...

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, de forma prática, para que a gente possa colocar um ponto final nesse assunto. Nós temos 2 ou 3 propostas e decreto legislativo, o deputado José Maria já coletou as assinaturas necessárias e vai protocolar à Mesa agora, para que a Sessão de amanhã seja transformada em Comissão Geral de Plenário, para analisar esse projetos.

Na Sessão de amanhã nós teremos condições, aprovado o requerimento, de transformar a Sessão Plenária em Comissão Geral do Plenário e fazermos um Substitutivo Geral dos três projetos e deliberarmos, amanhã mesmo, sobre a regoação da Resolução 1596.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Quero me somar à questão levantada pelo deputado Pessuti, porque quero esclarecer às pessoas que estão aqui no Plenário, de que requerimento não tem valor jurídico nenhum. Requerimento é requerimento o governador não vai alterar a resolução da secretária, não vai fazer nada com a resolução da secretária. Temos que decidir, até porque a Assembléia Legislativa não é submissa ao Poder Executivo. A Assembléia Legislativa é um Poder, tanto quanto o Poder Executivo. Não podemos ser garotos de recado do governador.

Temos que deliberar, já que nós todos, Governo, Assembléia, dos deputados que apóiam o governo e os que são oposição ao governo, têm o mesmo discurso; então vamos votar. Vamos votar esse projetos de decreto legislativo, cancelando a resolução da secretária e “fim de papo”.

Aí, sim, vamos estar cumprindo com o nosso papel de representantes do povo do Paraná porque aqui nesta Casa nós não somos representantes do governo!

Temos que fazer valer os interesses do povo do Paraná!

Por isso, requerimento não vai resolver nada. É só para iludir as pessoas e não temos que enganar ninguém! Temos que votar algo que efetivamente tenha valor, que é o projeto de lei.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No horário das Lideranças, concedo a palavra ao PSDB, com o deputado José Maria Ferreira.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Senhor presidente, senhores deputados, senhores apanos e todos aqueles envolvidos com a educação especial no nosso Estado.

Já é um assunto esgotado, na minha maneira de ver, até porque foi bem abordado pelos oradores que nos antecederam e até pela manifestação dos senhores deputados requerendo para amanhã a transformação do Plenário em Comissão Geral, para podermos analisar o projeto legislativo que trata da revogação da Resolução 1596, e eu acho que desta forma estamos tomando a medida necessária e prática para que isso aconteça.

Na sexta-feira pela manhã, Curitiba foi surpreendida por uma das maiores manifestações que a sociedade conheceu. Não tinha uma bandeira de movimento de Central Sindical, não tinha uma bandeira de Partido, mas tinha uma bandeira muito grande, senhoras e senhores deputados: a bandeira do amor, solidariedade, do respeito ao cidadão, especialmente o respeito àquele em que a vida não lhe permitiu tudo o que a nós outros foi permitido. É a este movimento que hoje dá origem a este decreto Legislativo, que esta Casa, com certeza, deverá aprovar.

Não vou falar da insensibilidade do Governo para mais de 35 mil pessoas, irmãos nossos, que normalmente vivem numa situação de baixa e não têm os meios necessários para poder fazê-lo. Mas, vou falar da maior ONG,

do maior movimento não-governamental, que são as APAE's, que são os movimentos que tratam da educação especial.

Foi um exemplo o requerimento solicitando a transformação do Plenário em Comissão Geral de Plenário, independente de partido. Mas, comove e reconhece a cada um dos senhores deputados, que os recursos repassados à Educação são necessários, e eles precisam continuar a ser repassados pelo Governo! Governo não é aquele que apenas sabe arrecadar e fazer a promoção pessoal do seu governo, mas, é aquele que entende, sobretudo, o lado humano da sociedade. Não existe lado mais humano do que este que estamos falando!

Na sexta-feira, nós tivemos a demonstração, desde, tomando toda a Cândido de Abreu, nós também tivemos na quinta-feira, a manifestação da vontade sem freio, sem nenhum sentimento de preservação daquilo que é o Estado, que foi a chamada “audiência pública” para vender a Copel, aonde, de pública e democrática, não teve nada, porque teve um requerimento interno vigindo aquela audiência, em que não se podia falar, não se tinha liberdade para discutir e para questionar. E alguns questionamentos lá foram feitos, deputado Ângelo Vanhoni, sobre as questões de ordem e por muita pressão daqueles que lá estiveram.

Mas, por que o Governo tem a ânsia descomedida de vender a Copel? Ora! O jornal O Estado de São Paulo, da data de ontem, traz na página “Finanças”, “Política e Finanças Públicas”,

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

V. Exa. já usou seus cinco minutos. Tem mais um minuto para concluir.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

O exemplo triste: quem, entre nós, ou quem entre os paranaenses poderia imaginar que o nosso Estado venderia o Banestado, privatizaria nossas estradas, privatizaria a Educação, que está praticamente privada, através do Paranaeducação, e ficaria em 27º lugar na colocação da arrecadação entre os Estados brasileiros? No semestre que passou, nós perdemos para todos os Estados: Alagoas, o “patinho feio” da República, ficou em 17º lugar, deputado Orlando Pessuti, com 7,8 do incremento da arrecadação de ICMS. O Estado da Paraíba, com 19,83, para não ficar nos Estados do Nordeste e Norte, vamos falar de Santa Catarina: 11,11; São Paulo, 7,14; Rio Grande do Sul, 9,28 e o Paraná, senhores deputados, negativo 3,37. Agora, o Governo queixa-se de um lado, que falta recursos no cofre do Tesouro do Estado e para isso vendeu o Banestado, ou melhor, entregou a instituição financeira de todos nós paranaenses e agora quer entregar de resto a Copel!

Se não tem competência para arrecadar, a despeito do mal propalado programa de industrialização do nosso Estado, de uma safra que foi recorde, tivemos mais de 20 milhões de toneladas métricas produzida pelo Paraná.

Aonde estão indo os recursos do nosso Estado? O que acontece, que para suprimos o caixa do Governo para pagar as despesas de pessoal, as despesas de manutenção, nós precisamos vender os nossos ativos? O que ocorre?

Ocorre a má-administração! Por que como um Estado como Alagoas, quebrado, o qual deve ao Paraná títulos de precatórios, e nós estamos aqui mostrando um índice pior do que todos os Estados brasileiros? Será que este Governo pode ser chamado de competente? De sério? De responsável? Se não puder, nós também não poderemos, Senhor Presidente, permitir que o Copel seja vendida!

Eu agradeço o tempo que me excedi e com certeza voltarei ao assunto em outra oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Liderança do Governo.

(Todas declinaram)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa projeto de decreto Legislativo, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de decreto legislativo de autoria dos senhores deputados Tony Garcia, Cesar Silvestri, Algaci Tulio, Augustinho Zucchi, Marcos Isfer, Pastor Edson Praczyk e Renato Gaúcho, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de decreto legislativo de autoria dos senhores deputados Nereu Moura e Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 06 (seis) de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/99, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que cria a Circunscrição Regional de Serviços do Detran, no município de Cafelândia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

### ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que cria o Pólo Cinematográfico, com sede no município de Cascavel, com o objetivo de fomentar, profissionalizar, desenvolver e incentivar as atividades cinematográficas da Região Oeste e do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ivaiporã-PR, com sede e foro no município de Ivaiporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089/2000, de 27/06/2000).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 222/2000

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ivaiporã-PR, com sede e foro no município de Ivaiporã.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com o Lei nº 6.994/78, altera pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 26.06.2001.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2001, que objetiva remitir os créditos tributários relativos ao IPVA, lançados até 31/12/2000, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a R\$55,50 (cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 053/2001, de 08/05/2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 195/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo remitir os créditos tributários relativos ao IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2000, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a R\$55,50 (cinquenta reais e cinquenta centavos).

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 22.05.2001.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 195/2001

##### P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 16/2001, objetiva remitir os créditos tributários relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, lançados até 31/12/2000, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a R\$55,50 (cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

O referido projeto em tela já mereceu o devido pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua § 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, pode observar que o plano de lei em referência reveste-se de cunho altamente significativo, tornando-se a medida oportuna e necessária, tendo em vista que o benefício estende-se a razoável parcela de pequenos contribuintes do tributo e, atende aos interesses do Estado.

Os valores que seriam recolhidos, caso não fosse remitidos, não cobririam os custos operacionais da cobrança.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) ADEMIR BIER  
Presidente e Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual o Provopar do município de Foz do Jordão, com sede e foro na mesma municipalidade e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2001, de 04/06/2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 222/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Provopar do município de Foz do Jordão, com sede e foro na mesma municipalidade e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com o Lei nº 6.994/78, altera pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ORLANDO PESSUTI - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Recuperação e Apoio Shalon House, com sede e foro em Pinhais-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 087/2001, de 20/06/2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 257/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Recuperação e Apoio Shalon House, com sede e foro em Pinhais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com o Lei nº 6.994/78, altera pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 26.06.2001.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ORLANDO PESSUTI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, requerimento nº 2273, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Encaminhe-se à Comissão Executiva.**

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Tendo em vista, um requerimento aprovado pelo Plenário da Assembléia Legislativa, em dia 19 de junho de 2001, aonde requer informações ao Poder Executivo do Estado do Paraná, sobretudo, em relação à venda de ativos da Copel, sendo que o Governo vendeu 111 bilhões de ações e não prestou contas na prestação de contas à Assembléia Legislativa do Paraná. E o que desejamos, através deste requerimento, é saber oficialmente para quem ele vendeu ações, por quanto vendeu e para onde colocou o dinheiro.

Também, o mesmo requerimento, requer informações sobre a questão da venda do Banestado, que também não explicou à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para quem vendeu, por quanto e como.

Esse requerimento ainda solicita, informações sobre a despesa de propaganda e publicidade, de quanto ele passou para cada agência vencedora da licitação, e para quem é que a agência distribuiu esse dinheiro, visto que, em 96, ele gastou em torno de 85 milhões de reais; em 97, 117 milhões de reais; e em 98, 134 milhões de reais: isso precisamos lembrar, naquela época o dólar valia um real.

Senhor presidente, senhores deputados:

O referido requerimento está aprovado pela Assembléia Legislativa do Paraná, encaminhado ao senhor governador do Estado. E a Constituição, no seu artigo 55, determina que o secretário de Estado terá trinta dias para devolver as perguntas feitas por este Plenário e este Poder.

Da mesma forma, quero entender, senhor presidente, que se o secretário de Estado tem trinta dias para responder um requerimento da Assembléia Legislativa do Paraná, da mesma forma deve ter o governador do Estado.

Assim, senhor presidente, além de ter, no requerimento que encaminho à Mesa, o faço também, nesta questão de ordem, para que Vossa Excelência determine que o Poder Legislativo fala valer a Constituição do Estado, sobretudo a transparência do Poder, as ações do Poder Executivo, a transparência do Poder, as ações do Poder Executivo, quando se refere às contas e dinheiro público.

Requeiro a Vossa Excelência e aos senhores membros da Mesa, para que ingressem na Justiça, se o Governo do Estado não prestar as contas, conforme o requerimento aprovado por este Poder.

Por isso, aguardo a manifestação do senhor presidente e da Mesa Executiva, para que possam nos respaldar judicialmente, perante o devido requerimento.

Muito obrigado.

Requerimento nº 2250, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente. Apresentei à Mesa, o pedido de informações dirigido ao secretário da Habitação, na semana passada. O líder do Governo, deputado Durval Amaral, gentilmente já me forneceu as informações.

Por isso quero pedir a Vossa Excelência que retire o meu requerimento, porque já estou com a resposta nas mãos.

Agradeço ao líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

**Está requerido e retirado da pauta.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Não há quórum para deliberação, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido o 1º secretário para que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Algaci Tulio**)

**Procede à chamada nominal dos senhores deputados:**

Vinte e oito senhores parlamentares se fazem presentes, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Há quórum para deliberação.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, com todo respeito que merece a decisão da Mesa, estou contando aqui, são vinte e quatro parlamentares que estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicito ao deputado Durval Amaral, na primeira votação, V. Exa. poderá solicitar verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Está bom.

O SR. NEREU MOURA

Até porque, não dá para questionar o 1º Secretário. Não é, senhor presidente?

O SR. DURVAL AMARAL

Não estou questionando, estou falando que há vinte e quatro deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Presidência já deferiu, deputado Nereu Moura.

Requerimento nº 2288, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Em votação.**

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Esse regime de urgência é sobre qual matéria?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requer, “que dispõe sobre a criação de 328 cargos da Secretaria de Segurança Pública, com lotação ao Departamento da Polícia Civil, cargos em Comissão de Assistente de Segurança”.

O SR. NEREU MOURA

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem. Não há número de deputados para votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, o governador Jaime Lerner mandou um projeto de lei para esta Casa criando trezentos e vinte e oito cargos - simbologia 9C, que nada mais é que um cabide de emprego. Um cabide de empregos para nomear cabos eleitorais no interior do Paraná. No momento em que tira das APAE's, em que tira do ensino especial recursos, o governador manda aqui esta Casa um projeto de lei para nomear 328 cabos eleitorais no interior do Paraná.

E veja bem, senhor presidente, artigo 1º.

“Ficam criados na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 328 cargos em comissão com a denominação de Assistente de Segurança - Simbologia 9C”.

Artigo 2º - “Aos assistentes de segurança que terão como atribuição o assessoramento administrativo policial, fica vedado o exercício de qualquer atividade inerente ao cargo de Delegado de Polícia”.

Ora! É evidente que é para nomear cabo eleitoral, não tem função nenhuma! É um despropósito querer

aprovar isso em regime de urgência, senhor presidente, sem discutir com a Associação dos Delegados do Paraná, com as pessoas que estão envolvidas, porque há pouco ainda o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a criação dos “calças curtas”, e agora esse projeto de lei é uma verdadeira aberração contra os interesses do Paraná! Por isso, iremos votar contra a tramitação em regime de urgência, porque ele não atende aos interesses do povo do Paraná.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, tanto eu quanto o ilustre deputado Nereu Moura temos boa memória. Esse encaminhamento que ele faz, neste momento, poderia ter feito também em 1992, quando o governador Roberto Requião enviou a esta Casa mensagem com um teor muito semelhante criando cargos com a mesma simbologia para atender aquilo que se usa chamar no interior, os delegados “calça-curtas”. Estamos apenas cumprindo uma determinação do Supremo Tribunal Federal; não haverá efetivamente criação de outros cargos, a não ser aqueles já existentes.

Mas, tanto a minha memória, quanto a do deputado Nereu, é muito boa e nós dois lembramos desse caso.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Com uma diferença!

É verdade, o governador Roberto Requião mandou para esta Casa, mas para criar cargos para delegados de polícia calças-curtas, não para cabo eleitoral! A diferença que está aqui no projeto de lei do governador Jaime Lerner: “Aos assistentes de segurança pública que terão como assessoramento..., fica vedado o exercício de qualquer atividade inerente ao cargo de delegado.

O governador Requião quando mandou o projeto aqui; criava cargos de delegados. A diferença é essa, é básica, é simples, deputado Durval Amaral. E V. Exa. era deputado naquela época, do PMDB, e apoiava o governo Requião aqui nesta Casa. E Vossa Excelência tem memória; precisa lembrar do projeto como um todo, e não só a parte que lhe interessa.

Por isso, nós não iremos dar suporte a um projeto de lei para contratar cabos eleitorais!

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, pode encaminhar duas vezes a votação?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O encaminhamento é permitido uma vez para cada deputado. Mas, como o deputado Nereu Moura encaminhou duas vezes, nós também vamos abrir o segundo espaço para o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Só a título de boa lembrança que o governador Roberto Requião nomeou para um desses cargos de dele-



gados, como menciona o deputado Nereu Moura, o seu colaborador Ferreirinha, que foi usada na farsa eleitoral de 99...

**O SR. NEREU MOURA**

Na época o deputado Durval Amaral era secretário, V. Exa. fazia parte do governo...

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Pela ordem, com a palavra o deputado Edson Strapasson.

**O SR. ESDON STRAPASSON (Pela Ordem)**

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero dizer que em 1992 eu não era deputado. Portanto sinto-me até constrangido, como deputado, ter que ouvir do deputado Durval Amaral que, enfim, se houve algum erro, o que não é o caso, ficou bem explicado pelo deputado Nereu, até porque os delegados calça-curtas, prestaram bons-serviços à segurança do Estado, e por força legal atualmente não podem, ser designados. E está bem claro deputado, que esse projeto não visa, em hipótese alguma, cobrir as lacunas deixadas porventura pela necessidade de algum delegado em alguma região do Estado do Paraná.

Portanto, claro que este projeto, se ele vem espelhado ao hábito do passado está errado. Portanto, não há como esta Casa, de forma nenhuma, aprovar um projeto desta forma, porque o mesmo recurso que faz falta as APAE's do Estado do Paraná, o mesmo recurso que faz falta à Educação e alguns setores importantes do Estado, é o dinheiro que muitas vezes é aplicado de forma errada, é o dinheiro que muitas vezes é desviado dos cofres públicos e que esta Casa, em muitas ocasiões, através de algumas bancadas onde se diz partidariado, muitas vezes acobertam e até muitas vezes se omitem não querendo investigar a origem e o destino do dinheiro que é sagrado, que é do cidadão.

Então, acredito que nós temos mais que a obrigação nesta Casa, de defender a boa aplicação, que não é, com certeza, contratando cabos eleitorais no interior do Estado para suprir os famosos assistentes de segurança que, segundo o secretário, não deveriam existir.

Portanto, encaminhamos contrários a este projeto.

**O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)**

Gostaria de encaminhar contrário a este requerimento. Primeiro porque entendemos que todos os setores que são essenciais para a sociedade, como segurança, devem ser carreiras típicas de Estado: o camarada tem que entrar por concurso público. E nós já temos condições, ao contrário desta lei de fazer concurso público e pagar bem para um profissional de segurança com nível superior. Nós temos bastante gente formada com nível superior. Porque o Estado do Paraná, seus dirigentes ainda acham que o Estado do Paraná não tem gente com formação de cursos superior.

Aliás, vai uma sugestão de lampejo - não existe mais a situação, segundo a nova lei de educação, formado em segundo grau, como está escrito aqui, aprovação de escolaridade mínima de segundo grau. Hoje chama-se ensino médio, só para lembrar aqui os termos corretos.

Por fim dizer que a crise de segurança pública do Estado do Paraná, com criação de cargos, não se resolve com a criação de cargos em comissão em véspera eleitoral. A situação se agrava. Ou alguém tem dúvida que um cargo em comissão, bem assenhorado com os interesses do governo, não vai continuar com a propinagem? Até para garantir a sua estabilidade tem que de repente dar suporte a campanhas eleitorais, dar suporte ao governo de plantão para continuar se mantendo, e é isto que acontece. Ou não é fato que a crise da segurança pública nacional passa por um dos piores momentos? O Estado do Paraná com um governador que se diz moderno e tudo o mais, poderia fazer um seminário, discutir segurança pública, propor alterações e soluções, fazer da carreira do profissional de segurança uma carreira belíssima, com um belo concurso público, com curso superior para entrar na carreira; vamos ter gente sobrando para fazer esse concurso e não este cabidão de emprego que está aqui.

Somos contrários ao requerimento de urgência, senhor presidente.

E por fim, senhor presidente, dizer que nós queremos continuar trabalhar e quero me inscrever nas Explicações Pessoais aqui para fazer uma homenagem ao pessoal da APAE de um livro que eu li há muito tempo chamado "O vôo da gaivota".

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Verificação de votação, senhor presidente!

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Chamada nominal, senhor presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Deputado Durval, deixa eu anunciar o resultado, e daí V. Exa. solicita.

Deputados que aprovam o requerimento permanecem como estão, os contrários se manifestem.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Verificação de votação, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Esta Presidência defere e fará a verificação de votação, com chamada nominal dos deputados.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Algaci Tulio)**

**(Procede à chamada nominal dos Deputados)**

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Vinte e quatro deputados, presentes **não há quórum para deliberar**, apenas para prosseguimento da Sessão.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Eu gostaria que antes que V. Exa. conceda a palavra ao deputado Colombo, em Explicações Pessoais, e antes evidentemente que encerre a Sessão, depois da fala do deputado Colombo, eu gostaria que V. Exa. desse ciência a este Plenário, do inteiro teor do requerimento proposto por diversos parlamentares propondo a transformação do Plenário da Sessão de amanhã em Comissão Geral, porque isso é necessário que se faça, afinal de contas o requerimento foi apresentado e o Plenário tem que tomar conhecimento dele hoje, para que possa, amanhã, o mesmo ser deliberado em Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Tem procedência a questão levantada por V. Exa.

Requerimentos n°s 2274 a 2278, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2282, 2283, 2285 e 2286, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2284 a 2287, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2311 e 2312, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2346, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2349, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2350, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Miltinho Pupio, Chico Noroeste, Algaci Tulio e demais deputados, constante do expediente. **Recebido na forma do Artigo 107, do Regimento Interno.** Será analisado na Sessão de amanhã.

**Explicações Pessoais:**

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Senhor presidente, eu ia falar sobre o “Vôo da Gai-vota”, mas vou, em homenagens aos deputados que estão querendo fazer uma reunião para tratar do assunto “Copel”, ali na Liderança do Oposição, vou declinar do pronunciamento.

Obrigado, senhor presidente.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Apenas para reiterar o convite aos deputados membros da Comissão Especial que investiga a Sanepar:

vamos nos reunir na sala das reuniões, agora, para que possamos ter um trabalho interno da Comissão da Sanepar.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 07, à hora regimental com seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 590/99 e 065/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 222/2000, 195, 222 e 257/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n°s 002 e 031/2000.

Levanta-se a Sessão.

**Atas de Comissão:**

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o Deputado Orlando Pessuti apresentou redação final ao Projeto de Lei n° 219/2001, o deputado Antonio Carlos Belinati ao Projeto de Lei n° 58/2001 e Senhor Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei n° 146/2001 e 256/2001 que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do

Dia, quando o Senhor Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 172/2000, 15/2001, 115/2001, 194/2001 e 260/2001, o deputado Orlando Pessuti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 229/2001, 247/2001 e 261/2001, o deputado Antonio Carlos Belinati aos Projetos de Lei nºs 25/2001, 58/2001, 160/2001, 200/2001 e 202/2001 e o deputado Custódio da Silva relatou o Projeto de Lei nº 269/2001 que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente

encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO

Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

Secretária